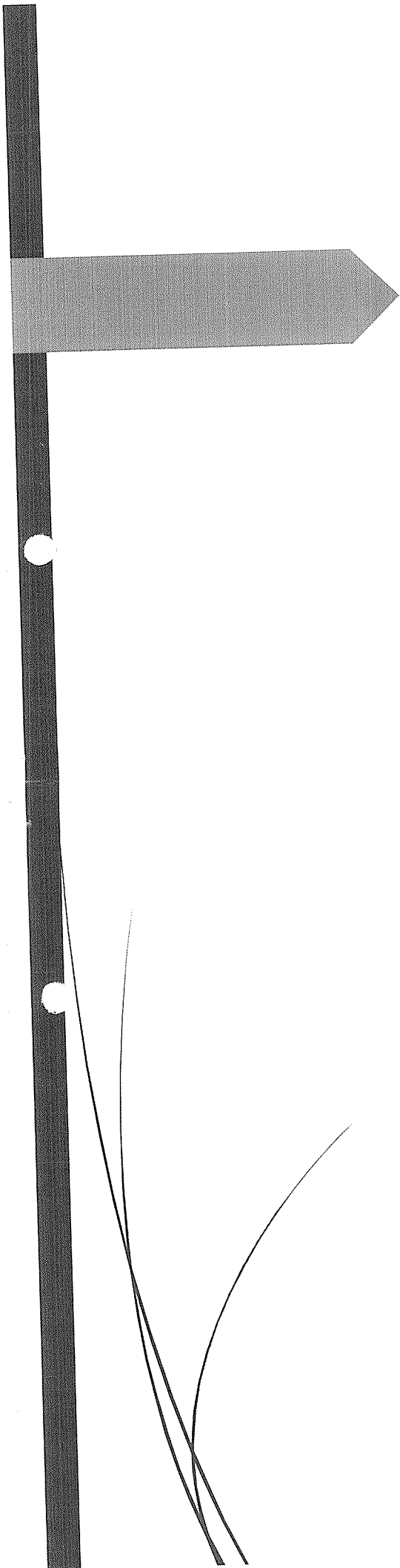




Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Relatório de Atividades
do Exercício de 2017

Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Avenida Efigênio Sales, nº 1155,
Parque 10
CEP 69055-736
Manaus-AM
Fone: (92) 3301-8158 – Fax: (92)
3642-8882



PRESIDENTE

CONSELHEIRO ARI JORGE MOUTINHO DA
COSTA JÚNIOR

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS
RODRIGUES DOS SANTOS

CORREGEDOR

CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA
PINHEIRO

OUVIDOR

CONSELHEIRO ANTONIO JÚLIO BERNARDO
CABRAL

**COORDENADOR GERAL DA ESCOLA DE
CONTAS PÚBLICAS**

CONSELHEIRO JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA
FILHO

PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E
SILVA

PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

CONSELHEIRO MÁRIO MANOEL COELHO DE
MELLO

AUDITORES

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO
AO TCE-AM**

PROCURADOR-GERAL
CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

SUMÁRIO



PALAVRA DO PRESIDENTE.....	5
MISSÃO, VISÃO DE FUTURO, VALORES.....	6
1. LEGISLAÇÃO.....	7
2. JURISDIÇÃO.....	8
3. AUTUAÇÕES.....	11
a. Montante de Autuações.....	13
4. CORPO DELIBERATIVO.....	13
a. Tribunal Pleno.....	14
b. 1ª Câmara.....	15
c. 2ª Câmara.....	16
d. Gabinetes de Conselheiros e Auditores.....	16
5. MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL.....	17
6. CORREGEDORIA.....	22
7. OUVIDORIA.....	30
8. CONSULTORIA TÉCNICA E DIRETORIA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO.....	32
9. DEPLAN.....	39
10. ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS.....	44
11. SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	47
12. DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO.....	56
13. DIRETORIA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	60
14. SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO.....	65
15. ARQUIVAMENTO.....	65
16. CONCLUSÃO.....	65



PALAVRA DO PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Deputado Presidente da Assembleia Legislativa do
Estado do Amazonas

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, com previsão e competência definidas na Constituição do Estado, é o órgão que auxilia os Poderes Legislativos Estadual e Municipais no controle externo das Administrações Públicas respectivas (artigos 40 e 127), tendo jurisdição em todo o território estadual e sede na capital (artigo 43).

No exercício de seu mister, cumpre-lhe encaminhar, **trimestral e anualmente**, à Assembleia Legislativa, o relatório de suas atividades, conforme dicção do artigo 127, §1.º, do diploma legal supracitado e do artigo 141, §1.º, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas).

Destarte, em respeito aos preceitos acima mencionados, segue Relatório Sinóptico das Atividades desta Corte de Contas, relativo à sua atribuição fim, exercida pelo seu Corpo Deliberativo (Tribunal Pleno e 1.ª e 2.ª Câmaras), Secretaria Geral de Administração, Secretaria Geral do Controle Externo, Corregedoria e Ouvidoria.

É nosso escopo, com a apresentação deste relatório, não apenas cumprir a legislação que nos foi incumbida, mas, sobretudo, tornar o processo de controle externo das contas públicas cada vez mais transparente e eficaz.

Conselheiro ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



MISSÃO

A missão fundamental do TCE-AM é declarar efetivamente a razão de sua existência, traduzindo as diretrizes gerais da organização e buscando a satisfação dos interesses e aspirações da sociedade amazonense.

“Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos por meio de ações de orientação e fiscalização em benefício da sociedade amazonense”.

VISÃO DE FUTURO

A visão representa o futuro que o TCE-AM deseja alcançar nos próximos anos e está diretamente relacionada com seus objetivos estratégicos.

“Ser referência como órgão de controle, reconhecido junto à sociedade amazonense pela eficiência de suas ações”.

VALORES

Os valores representam o conjunto de crenças essenciais ou princípios morais que informam como deve agir o TCE/AM no exercício de suas funções e atribuições constitucionais e legais.

EFETIVIDADE – Atuar com foco nos resultados, sem prejuízo da qualidade, assegurando o cumprimento da missão e a excelência da imagem institucional.

INDEPEDÊNCIA – Atuar com imparcialidade, liberdade e autonomia, com base na legalidade e no interesse público.

COMPROMETIMENTO – Atuar de forma técnica, profissional, competente, responsável, coerente e objetiva no desempenho de suas atividades.

RESPEITABILIDADE – Cumprir seus objetivos institucionais com retidão e transparência para adquirir a confiança dos jurisdicionados, servidores e sociedade.

MORALIDADE – Primar pela probidade, responsabilidade e honestidade em benefício da sociedade.



1. LEGISLAÇÃO

O envio do Relatório Trimestral das Atividades do Tribunal de Contas do Estado à Assembleia Legislativa está determinado nos seguintes artigos:

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

Art. 127. O controle externo das contas dos Municípios será exercido pelas Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1.º O Tribunal de Contas do Estado encaminhará, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades à Assembleia Legislativa.

LEI ORGÂNICA (LEI N.º 2.423/1996)

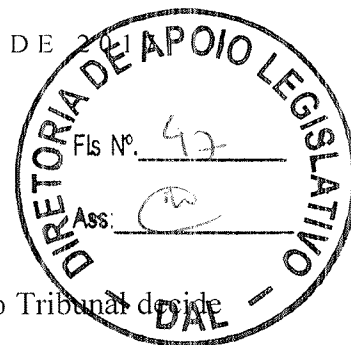
Art. 141 - A fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado será exercida pela Assembleia Legislativa, na forma definida em seu Regimento.

§ 1.º - O Tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

§ 2.º - No relatório anual, o Tribunal apresentará análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade.

RESOLUÇÃO N.º 4/2002 - REGIMENTO INTERNO DO TCE

Art. 318. Os relatórios a que se refere o § 1.º do artigo 141 da Lei n.º 2.423/96 conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do Tribunal, consoante os critérios determinados em Resolução específica.

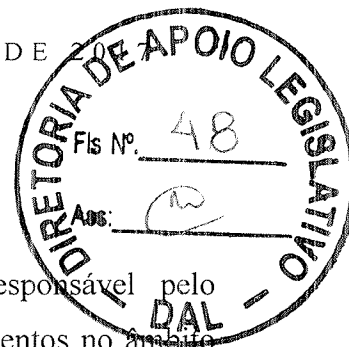


2. JURISDIÇÃO

No julgamento das contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decide sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos e das despesas deles decorrentes, procedimentos licitatórios e dos termos de autorização, concessão, cessão, doação, permissão de qualquer natureza a título oneroso ou gratuito, bem como aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

O Tribunal tem jurisdição própria e privativa em todo território estadual sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. Estende-se também aos órgãos, repartições, serviços e pessoas que, fora do território do Estado, completem o seu aparelho administrativo.

MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS				
Alvarães	Borba	Ipixuna	Maraã	São Paulo de Olivença
Amaturá	Caapiranga	Irاندوبا	Maués	São Sebastião do Uatumã
Anamã	Canutama	Itacoatiara	Nhamundá	Silves
Anori	Carauari	Itamarati	Nova Olinda do Norte	Tabatinga
Apuí	Careiro	Itapiranga	Novo Airão	Tapauá
Atalaia do Norte	Careiro da Várzea	Japurá	Novo Aripuanã	Tefé
Autazes	Coari	Juruá	Parintins	Tonantins
Barcelos	Codajás	Jutaí	Pauini	Uarini
Barreirinha	Eirunepé	Lábrea	Presidente Figueiredo	Urucará
Benjamin Constant	Envira	Manacapuru	Rio Preto da Eva	Urucurituba
Beruri	Fonte Boa	Manaquiri	Santa Isabel do Rio Negro	-
Boa Vista do Ramos	Guajará	Manaus	Santo Antônio do Içá	-
Boca do Acre	Humaitá	Manicoré	São Gabriel da Cachoeira	-



3. AUTUAÇÕES

A Divisão de Expediente e Protocolo – DIEPRO é responsável pelo recebimento, protocolo, autuação, adequação física e distribuição de documentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Conforme o Regimento Interno (RESOLUÇÃO N.º 04, DE 23 DE MAIO DE 2002), em vigor na Corte, a **DIEPRO** providenciará a autuação dos documentos no prazo máximo de dois dias, devendo dar prioridade aos assuntos urgentes e àqueles para os quais sejam previstos procedimentos especiais.

Neste sentido, a DIEPRO é de fundamental importância para o funcionamento pleno do TCE/AM. Neste ano de 2017, desenvolveu e concluiu dos objetivos implementados, atingido suas metas de produtividade, com o esforço de manter um estoque processual mínimo.

Considerando o volume e a complexidade da atividade fim desta Divisão, consideramos normal a manutenção de um estoque mínimo de processos, visto que os processos precisam seguir um rito interno próprio, onde a análise criteriosa de cada documento passou a ser um procedimento padrão, realizado com o acompanhamento estrito e rigoroso da chefia.

Ações como inserção de novos colaboradores com a finalidade de se redistribuir tarefas, novas formas de averiguação de documentos e controle de processos visaram, conseqüentemente, (*sic*) obter êxito ainda mais elevado.

A seguir, apresentar-se-ão alguns dos principais resultados alcançados pela DIEPRO, que evidenciam sua performance no exercício de 2017.

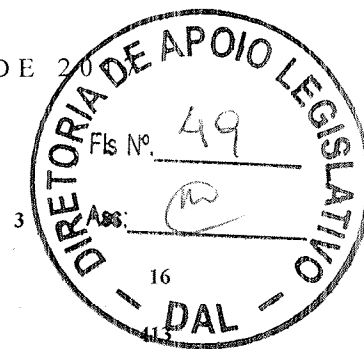
DESEMPENHO DA DIEPRO E RESULTADOS OBTIDOS NO ANO DE 2017

Documentos - Recebimento Externo e Distribuição:

RESUMO ANUAL 2017	
CARTAS	2
REPRESENTAÇÃO	6
CORRESPONDÊNCIA	379



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



MANIFESTAÇÃO

CONVITE

DEFESA

JUSTIFICATIVA

521

Fonte: Protocolo de remessa de documentos no ano de 2017

Processo - Autuação:

1º TRIMESTRE

NATUREZA	QUANTIDADE
ADMINISTRATIVO	736
ACOMPANHAMENTO DA RECEITA	1
ADMISSÃO DE PESSOAL	12
APOSENTADORIA/RETIFICAÇÃO	821
AUDITORIA DE GESTÃO FISCAL	1
AUDITORIA OPERACIONAL	3
COBRANÇA EXECUTIVA	55
CONSULTA	7
DENÚNCIA	15
ENCAMINHAMENTO	5
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	1
INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA	1
PENSÃO	146
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	145
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIO	55
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TERMO DE PARCERIA	5
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TERMO DE REPASSE FINANCEIRO	2
RECURSO	132
REFORMA	4
REPRESENTAÇÃO	74
RETIFICAÇÃO/ REVISÃO DE APOSENTADORIA E REFORMA	18
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE CONTRATO	1
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE ADIANTAMENTO	7
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE CONVÊNIO	1
TRANSFERÊNCIA	19
TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO	12
TOTAL	2.294



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017

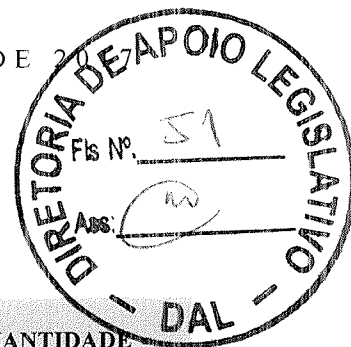


2º TRIMESTRE

NATUREZA	QUANTIDADE
ADMINISTRATIVO	556
ACOMPANHAMENTO DA RECEITA	1
ADMISSÃO DE PESSOAL	28
APOSENTADORIA/RETIFICAÇÃO	739
AUDITORIA DE GESTÃO FISCAL	1
AUDITORIA OPERACIONAL	3
COBRANÇA EXECUTIVA	93
CONSULTA	5
DENÚNCIA	10
ENCAMINHAMENTO	2
INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA	1
PENSÃO	199
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	85
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO	18
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIO	179
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TERMO DE PARCERIA	10
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONTRATO DE PATROCÍNIO	2
RECURSO	186
REFORMA	11
RELATÓRIO	2
REPRESENTAÇÃO	115
RETIFICAÇÃO/ REVISÃO DE APOSENTADORIA E REFORMA	02
TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO	7
TOMADA DE CONTAS ANUAIS	29
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE CONTRATO	15
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE ADIANTAMENTO	04
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE CONVÊNIO	39
TOMADA DE CONTAS DE CONVÊNIO	10
TRANSFERÊNCIA	69
TOTAL	2.421



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



3º TRIMESTRE

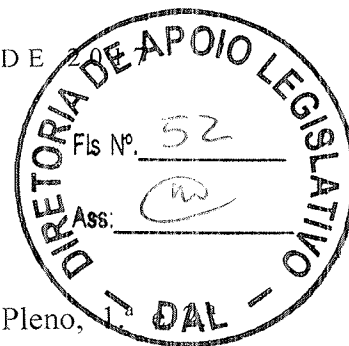
NATUREZA	QUANTIDADE
ADMINISTRATIVO	335
ADMISSÃO DE PESSOAL	16
COBRANÇA EXECUTIVA	22
DENÚNCIA	1
ENCAMINHAMENTO	02
RECURSO	106
REPRESENTAÇÃO	06
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE CONVÊNIO	04
TOTAL	512

4º TRIMESTRE

NATUREZA	QUANTIDADE
ADMINISTRATIVO	604
ADMISSÃO DE PESSOAL	18
ADMISSÃO DE PESSOAL PENDENTE	02
APOSENTADORIA	93
COBRANÇA EXECUTIVA	75
CONSULTA	13
PENSÃO	53
RECURSO	150
REPRESENTAÇÃO	235
TRANSFERÊNCIA	44
TOTAL	1287

TOTAL GERAL ANUAL 6514

Fonte: Relatório do Sistema do SPEDE de atuações por Local e Período de Autuação (01/01/2017 a 31/12/2017).

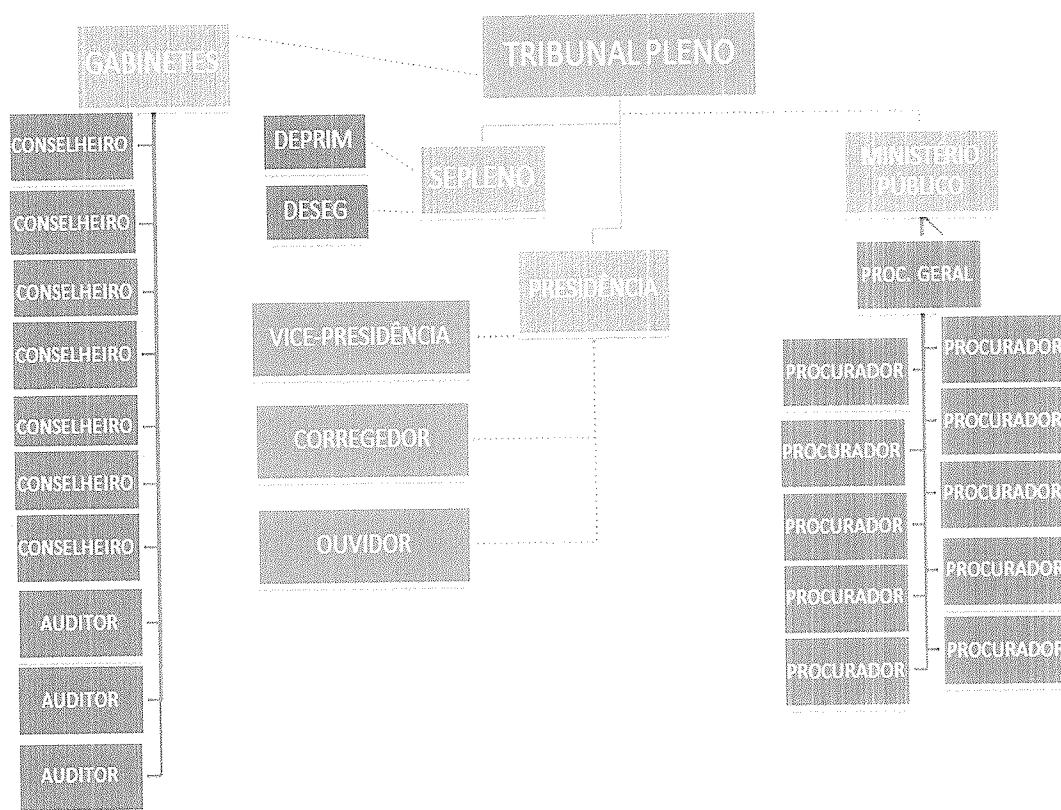


4. CORPO DELIBERATIVO

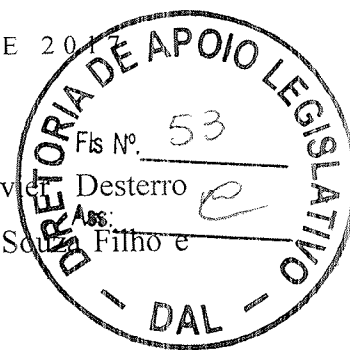
O Corpo Deliberativo do TCE é composto pelo Tribunal Pleno, Câmaras.

O Tribunal Pleno e as duas Câmaras reúnem-se semanalmente em sessões ordinárias e, quando necessário, em extraordinárias, sempre com a presença de um representante do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CORPO DELIBERATIVO

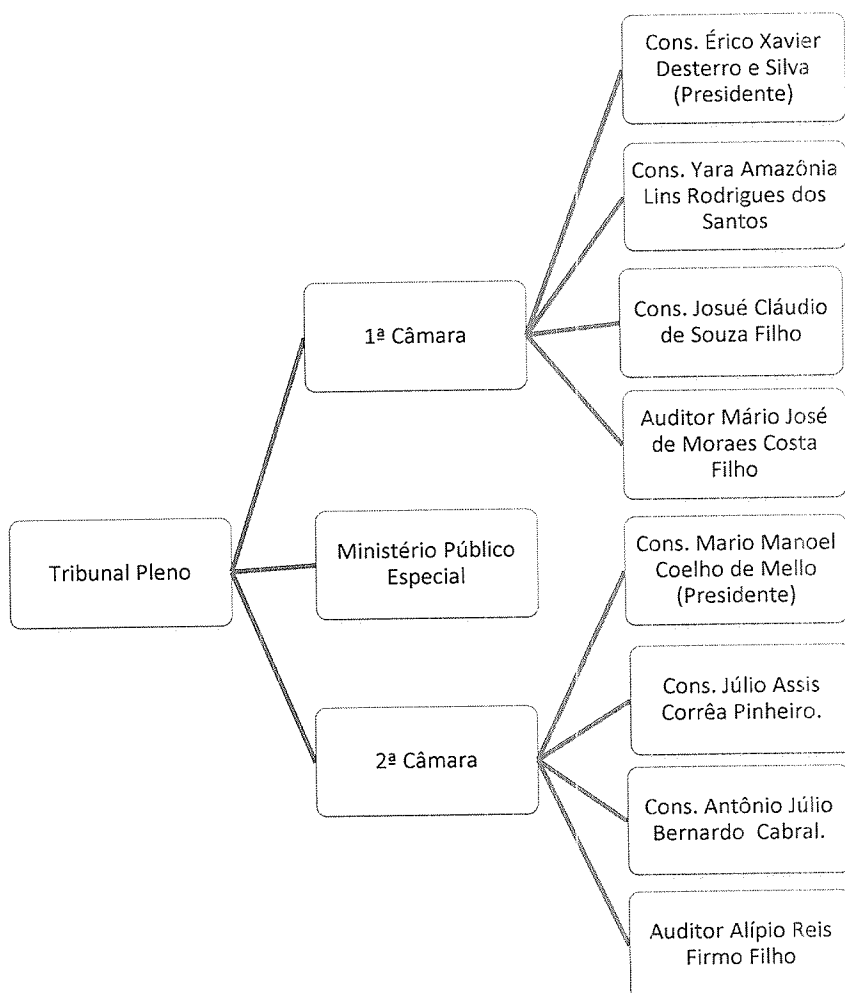


O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos seus Conselheiros, sendo indispensável a presença de, no mínimo, quatro Conselheiros para seu funcionamento. As sessões do Tribunal Pleno serão presididas pelo Presidente do Tribunal e, no seu impedimento, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral e pelo Conselheiro mais antigo (decano).



A 1.^a Câmara é composta pelos Conselheiros Érico Xavier Desterro (Presidente), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Filho e pelo Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

A 2.^a Câmara é composta pelos Conselheiros Mário Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Antônio Júlio Bernardo Cabral e pelo Auditor Alípio Reis Firmo Filho.





RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



Os quadros a seguir apresentam os Relatórios de Atividades do Tribunal Pleno, da 1.^a e 2.^a Câmaras:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TRIBUNAL PLENO ANUAL DE 2017

TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	
PAUTA ADMINISTRATIVA	236
PAUTA ORDINÁRIA	1503
TOTAL	1.739

Fonte: SEPLENO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA PRIMEIRA CÂMARA - DEPRIM ANUAL DE 2017

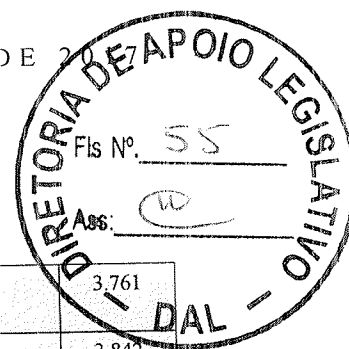
SESSÕES REALIZADAS	
ORDINÁRIA	9
EXTRAORDINÁRIA	0
ESPECIAL	0
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	
ENTRADA DE PROCESSOS	4950
ENTRADA DE PROCESSO ATÉ DIA 20	3658
SAÍDA DE PROCESSOS	4492
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	0
PROCESSOS JULGADOS	1617
PROCESSOS NO ESTOQUE INATIVO	1523
OFÍCIOS EXPEDIDOS	1272
MEMORANDOS EXPEDIDOS	108
NOTIFICAÇÃO POR EDITAL	24

Fonte: DEPRIM



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SEGUNDA CÂMARA – DESEG ANUAL DE 2017

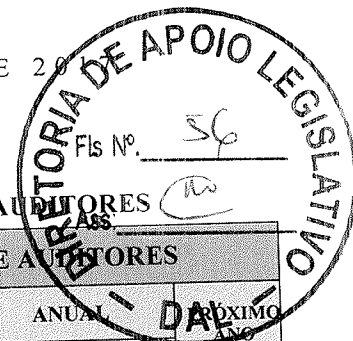


PROCESSOS RECEBIDOS	3.761
PROCESSOS ENCAMINHADOS	3.842
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	29
CONSELHEIRO MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO	06
CONSELHEIRO ANTÔNIO JÚLIO BERNARDO CABRAL	10
CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORREA PINHEIRO	08
AUDITOR ALÍPIO REIS FIRMO FILHO	05
PROCESSOS JULGADOS ESPECIFICADOS POR CONSELHEIROS:	1.852
CONSELHEIRO MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO	328
CONSELHEIRO ANTÔNIO JÚLIO BERNARDO CABRAL	508
CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORREA PINHEIRO	485
AUDITOR ALÍPIO REIS FIRMO FILHO	531
ATA	16
PROCESSOS PERMANECIDOS OU SOBRESTADOS:	2.954
PROCESSOS PUBLICADOS NO DOE	1.614

Fonte: DESEG



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2019

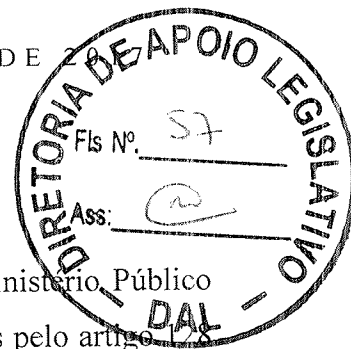


ENTRADAS E SAÍDAS DE PROCESSOS NOS GABINETES DOS CONSELHEIROS E AUDITORES

ENTRADAS E SAÍDAS DE PROCESSOS NOS GABINETES DOS CONSELHEIROS E AUDITORES												
SETOR	ANO ANTERIOR	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		ANUAL		PRÓXIMO ANO
		ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	
CONSELHEIRO JULIO CABRAL	3	592	481	768	770	498	511	259	282	2117	2041	79
CONSELHEIRO MÁRIO DE MELLO	88	589	521	579	557	418	423	252	237	1838	1738	188
CONSELHEIRO JULIO PINHEIRO	233	778	831	829	878	679	559	251	288	2537	2556	212
CONSELHEIRO Érico Xavier Desterro e Silva	82	631	588	1.070	1.064	702	734	360	427	2763	2813	67
CONSELHEIRO JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO	190	564	330	770	833	360	332	172	121	1176	1616	213
CONSELHEIRA ARA LINS	180	1106	1171	1243	1210	722	681	744	799	3815	3861	134
AUDITOR MARIO COSTA FILHO	187	831	825	809	780	561	633	213	210	2414	2448	153
AUDITOR ALÍPIO FIRMO FILHO	163	806	872	879	906	686	707	390	407	2761	2892	32
AUD. LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES	0	0	0	0	0	0	0	4	4	4	4	0
TOTAL DE ENTRADAS		5.897		6947		4.626		2.645		19.425		
TOTAL DE SAÍDAS			5.619		6998		4.580		2.775		19.969	
TOTAL DE REMANES. DO PERÍODO PASSADO	1.126											
TOTAL DE PENDENTES PARA O PRÓXIMO PERÍODO												1.078

RESUMO DOS TOTAIS

Resumos Gerais	
TOTAL DE REMANESCENTES ANO ANTERIOR	1.126
TOTAL DE ENTRADAS	19.425
TOTAL DE SAÍDAS	19.969
TOTAL DE PENDENTES PARA O ANO POSTERIOR	1.078



5. MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas é um Ministério Público Especial, portanto, órgão distinto dos demais Ministérios Públicos abrangidos pelo artigo 128 da Constituição da República.

O artigo 130 da Carta Magna concebeu o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas como um órgão especial, mas concedeu a ele os mesmos direitos, vedações e forma de investidura, relativos ao Ministério Público Comum.

Aliás, a natureza *sui generis* do Ministério Público que atua junto aos Tribunais de Contas correlaciona-se diretamente com o caráter também especial e de instituição independente (dos poderes constituídos) atribuído aos Tribunais de Contas pela Constituição Federal em seus artigos 70 a 75.

Ao Ministério Público Especial junto aos Tribunais de Contas compete promover, no âmbito da jurisdição da Corte de Contas, a defesa da ordem jurídica, visando, como órgão da lei e fiscal de sua execução, assegurar a observância dos Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência pela Administração Pública.

Sua Chefia cabe ao Procurador-Geral de Contas, nomeado pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos. A competência do Ministério Público Especial está prevista nos artigos 113 e 114 da Lei n.º 2.423/1996 (LOTCE/AM).

Composição:



Carlos Alberto Souza de Almeida (Procurador-Geral)

Evanildo Santana Bragança

Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Evelyn Freire de Carvalho

Ademir Carvalho Pinheiro

Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Elizângela Lima Costa Marinho

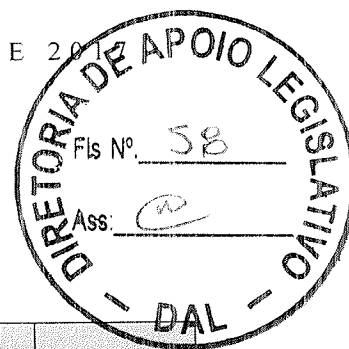
João Barroso de Souza

Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Elissandra Monteiro Freire de Menezes

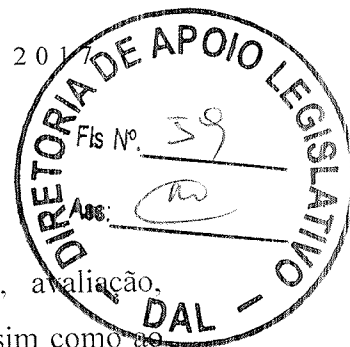


RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS PROCURADORES DO MPC
ANO DE 2017

Fonte: Diretoria do Ministério Público de Contas

Procurador	Processos Remanescentes do ano Anterior	Processos Recebidos		Parecer	Outras Manifestações	Sem Manifestação	Total: Saídas	Processos Pendentes de Manifestação
		Distribuídos	Retorno					
Carlos Alberto Souza de Almeida	110	359	240	198	62	372	632	75
Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva	6	694	166	556	28	230	814	6
Evanildo Santana Bragança	141	457	544	599	243	242	1084	180
Ângela Lima C. Marinho	42	814	261	555	89	337	981	9
João Barroso de Souza	17	651	252	518	150	226	894	25
Elissandra M. F. Menezes	30	816	274	446	212	252	910	35
Ademir Carvalho Pinheiro	15	567	440	743	14	209	966	1
Ruy Marcelo A. de Mendonça	80	496	573	524	275	295	1094	35
Fernanda C. Veiga Mendonça	47	749	311	647	67	333	1047	0
Evelyn F. de Carvalho	0	460	457	672	48	177	897	0
TOTAL	488	6063	3518	5458	1188	2673	9319	366



6. CORREGEDORIA-GERAL

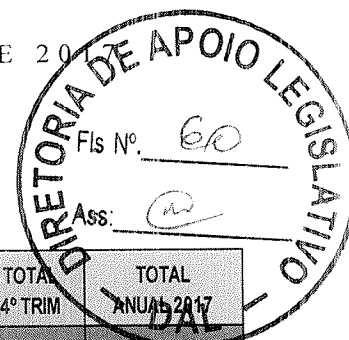
A Corregedoria-Geral objetiva proceder ao acompanhamento, avaliação, fiscalização da atuação do TCE/AM e ao cumprimento de suas deliberações, assim como ao desempenho, postura, comportamento ético, produção e produtividade de seus diversos setores e servidores, conforme disposto no artigo 32 da Resolução n.º 04, de 05 de maio de 2002.

Durante o ano de 2017 esta Corregedoria realizou com afincos suas atividades habituais conforme previstas no Manual de Procedimentos desta Corregedoria. Na tabela abaixo, a Corregedoria apresenta dados de produtividade de outros setores desta Corte.

RELATÓRIO ANUAL 2017						
PRODUTIVIDADE OUTROS SETORES - CORREGEDORIA						
Local de Origem	Entrada / Saída de Documentos	TOTAL 1º TRIM	TOTAL 2º TRIM	TOTAL 3º TRIM	TOTAL 4º TRIM	TOTAL ANUAL 2017
	Natureza	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
GAB CONS. JULIO CABRAL	Processos Remanescentes do mês anterior	141	407	400	321	1269
	Entrada de Processos	592	768	498	260	2118
	Saída de Processos	481	770	511	282	2044
	Processos Pendentes de Apreciação	255	405	387	299	1346
GAB CONS. JÚLIO PINHEIRO	Processos Remanescentes do mês anterior	637	593	471	720	2421
	Entrada de Processos	778	829	326	251	2184
	Saída de Processos	831	880	235	288	2234
	Processos Pendentes de Apreciação	584	542	0	683	1809
GAB CONS. ÉRICO DESTERRO	Processos Remanescentes do mês anterior	305	292	282	256	1135
	Entrada de Processos	631	1070	702	359	2762
	Saída de Processos	588	1064	734	426	2812
	Processos Pendentes de Apreciação	348	293	250	189	1085
GAB CONS. JOSUÉ FILHO	Processos Remanescentes do mês anterior	664	674	153	549	2040
	Entrada de Processos	641	770	359	172	1942
	Saída de Processos	715	833	331	121	2000
	Processos Pendentes de Apreciação	690	611	181	600	2082
GAB CONS. YARA LINS	Processos Remanescentes do mês anterior	642	395	523	512	2072
	Entrada de Processos	1106	1243	722	744	3815
	Saída de Processos	1080	1210	681	799	3770
	Processos Pendentes de Apreciação	577	428	564	457	2026
GAB CONS. MÁRIO MELLO	Processos Remanescentes do mês anterior	327	509	380	525	1741
	Entrada de Processos	589	579	418	252	1838
	Saída de Processos	521	557	423	237	1738
	Processos Pendentes de Apreciação	395	531	389	540	1855
MINISTÉRIO PÚBLICO	Remanescente do mês anterior	1843	2168	1788	1020	7172
	Processos Recebidos	3322	3168	1910	860	12603
	Pareceres	1716	2090	1122	445	23368
	Outras Manifestações	327	451	243	163	44998
	Sem Manifestações	920	849	464	255	88141
	Processos Pendentes de Manifestação	2202	1646	1671	576	176282
GAB AUD. ALÍPIO FILHO	Processos Remanescentes do mês anterior	466	267	202	129	1064
	Entrada de Processos	806	879	686	390	2761
	Saída de Processos	872	906	707	407	2892
	Processos Pendentes de Apreciação	400	240	181	112	933
GAB AUD. LUIZ HENRIQUE	Processos Remanescentes do mês anterior	Início das atividades 4º Trimestre 2017			2	2
	Entrada de Processos				4	4
	Saída de Processos				4	4
	Processos Pendentes de Apreciação				2	2
GAB AUD. MÁRIO COSTA	Processos Remanescentes do mês anterior	591	620	461	475	2147
	Entrada de Processos	831	609	561	213	2414
	Saída de Processos	825	780	633	210	2448
	Processos Pendentes de Apreciação	597	649	389	478	2113
SEPLENO	Total de Processos Julgados -Pauta Administrativa	66	41	0	0	107
	Total de Processos Julgados -Pauta Ordinária	427	520	0	0	947



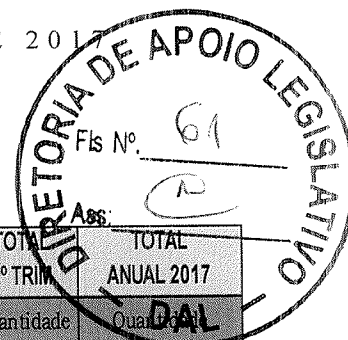
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



Local de Origem	Entrada / Saída de Documentos	TOTAL 1º TRIM	TOTAL 2º TRIM	TOTAL 3º TRIM	TOTAL 4º TRIM	TOTAL ANUAL 2017
	Natureza	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
DEPRIM	Entrada de Processos	1357	1826	0	3	3186
	Entrada de Processo até o dia 20	944	1360	0	360	2664
	Saída de Processos	1457	1810	0	521	3788
	Processos Distribuídos	0	0	0	0	0
	Processos Julgados	587	680	0	151	1418
	Processos Sobrestados	349	602	0	416	1367
	Sessões Ordinárias	2	3	0	3	8
	Ofícios Expedidos	238	388	0	248	874
	Memorandos Expedidos	41	17	0	24	82
	Notificação por Edital	5	5	0	6	16
DESEG	Processos Recebidos	1691	1963	0	107	3761
	Processos Encaminhados	1699	1699	0	72	3470
	Processos Distribuídos	15	15	0	5	35
	Processos Julgados	480	480	0	77	1037
	Ata	5	5	0	2	12
	Processos Aguardando Publicação	346	346	0	488	1180
	Processos Publicados no DOE	411	411	0	48	870
DIJUR	Entrada de Processos	128	125	114	169	536
	Saída de Processos	122	128	105	185	540
	Estoque do mês anterior	0	0	44	59	103
	Processos sobrestados - mês anterior	345	341	361	369	1416
	Processos sobrestados - entrada	0	16	4	3	23
	Processos sobrestados - saída	12	2	2	0	16
	Processos sobrestados - Qtde. remanescente	333	355	363	372	1423
	Parecer	104	118	97	176	495
	Diligência	9	11	10	10	40
	Informação	4	6	4	3	17
CONSULTEC	Entrada de Processos	5	25	8	15	53
	Memorandos	11	13	13	13	50
	Consultas	0	0	0	0	0
	Informação em Resolução	1	11	0	0	12
	Despachos	0	4	2	1	7
	Exposição de motivos	0	2	0	0	2
	Informação em Termo de Cooperação Técnica	1	1	2	4	8
	Informação em subsídio	25	6	5	0	36
	Termo de Cooperação	0	6	0	0	6
	Informação em Quorum	4	11	3	0	18
	Ofícios	1	10	8	4	23
	Anteprojeto de Resolução	0	5	1	5	11



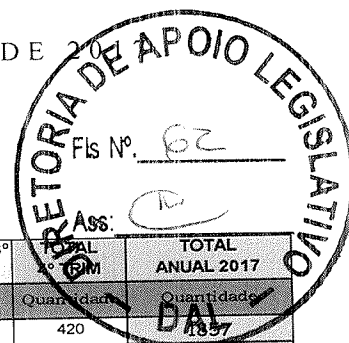
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



Local de Origem	Entrada / Saída de Documentos	TOTAL 1º TRIM	TOTAL 2º TRIM	TOTAL 3º TRIM	TOTAL 4º TRIM	TOTAL ANUAL 2017
	Natureza	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
SECEX	Total de Inspeções Extraordinárias	4	4	2	1	11
	Total de Processos do Mês Anterior	13	26	16	0	55
	Total de Entrada de Processos	76	58	16	0	150
	Total de Saída de Processos	76	56	18	0	150
	Total de Processos p/ o Mês Seguinte	13	28	15	1	57
	Total de Expedientes Recebidos	988	1018	498	621	3125
	Total de Expedientes Despachados	548	619	152	431	1750
	Total de Expedientes Expedidos	498	1018	498	97	2111
SEGER	Total de Movimentação de Correspondências	6783	9.452	7.081	8.854	32.170
	Total de Movimentações Diversas	98	102	93	133	426
DIARQ	Total de Processos Arquivados	2475	3458	2090	6458	14481
	Total de Processos Expedidos (desarquivados)	531	681	375	197	1784
	Total de Consultas locais no serviço de arquivo	3450	4300	2950	2428	13128
DIDOC	Total de Publicações Recebidas	501	461	401	466	1829
	Total de Consultas Realizadas	2859	3710	3700	3744	14013
DISA	Atestado médico/psicológico	513	751	557	503	2324
	Aferição de P.A.	124	137	120	142	523
	Consultas Médicas	1999	2536	2286	2056	8877
	Distribuição de Medicação	244	309	248	188	989
	ECG	29	22	43	0	94
	Massoterapia	41	39	45	11	136
	Verificação de Temperatura	12	14	8	7	41
	Medicação de Glicemia	5	17	13	61	96
	Aplicação de Medicamento injetável	29	42	17	22	110
	Curativos	31	43	37	16	127
	Análise de Atestado Externo	103	183	227	37	550
	Exame colpocitológico	0	12	20	0	32
	Fisioterapia	284	308	270	213	1075
	Recebimento de Atestados	670	1061	787	678	3196
	Outros Procedimento Administrativos	18	27	18	18	81
	Atendimento Psicológico de dependentes	37	56	99	79	271
	Atendimento Psicológico de servidor	61	112	149	155	477

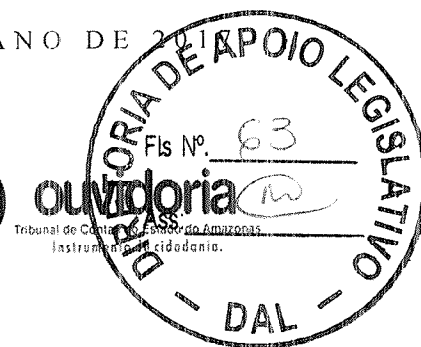


RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



Local de Origem	Entrada / Saída de Documentos	TOTAL 1º TRIM	TOTAL 2º TRIM	TOTAL 3º TRIM	TOTAL 4º TRIM	TOTAL ANUAL 2017
	Natureza	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
DIDONT	Exames	455	500	482	420	1857
	Crianças Projeto-Piloto Esc. Santa Terezinha	0	18	9	0	27
	Reconsultas	361	442	320	334	1457
	Tartarectomias	785	773	765	680	3003
	Profilaxias	905	864	787	713	3269
	Flúor	677	639	603	567	2486
	Anestesia	129	166	174	133	602
	Exodontias	37	30	26	39	131
	Exodontia 3º M	12	33	27	12	84
	Sulturas	61	94	98	97	350
	Remoção de Suturas	21	46	78	66	211
	Gengivec./Gengivopl.	2	8	16	11	37
	Pequenas Cirurgias	5	12	22	19	58
	Pulpotomias	8	2	1	3	14
	Raio X	90	83	57	62	292
	Preparo Cavitário	655	752	565	583	2555
	Restauração de Resina	697	847	701	670	2915
	Capeamento Pulpas	114	126	65	74	379
	Curativos	259	374	181	197	1011
	Polimentos	624	692	580	550	2446
	Selantes	96	113	69	36	314
	Ajuste Oclusal	539	574	442	439	1994
	Aumento da Coroa	1	4	11	6	22
	Rem. De Prótese	15	1	15	14	45
	Preparação Intracanal	7	20	9	19	55
	Cimentação de Pino	5	12	10	26	53
	N.º de Preenchimento	3	15	17	23	58
	Preparo de Coroa	40	40	52	44	176
	Coroa Provisória	39	42	46	128	255
	Cimentação da Coroa	55	68	61	80	264
	Clareamento	10	0	0	43	53
	Dessensibilização	57	87	105	31	280
	Prescrição	87	124	125	91	427
	Acesso Coronário	105	105	54	63	327
	Drenagem Abscesso	15	3	2	3	23
	Remoção de Núcleo	6	0	0	0	6
	Odontometria	94	107	48	75	324
	Biopulpotomia	138	159	62	115	474
	Necropulpotomia	83	82	49	36	250
	Implantodontia nº de pacientes atendidos	0	2	6	0	8
	Nº de Implantes Realizados	0	5	6	0	11
	Preparo Biomecânico	161	189	90	128	568
	Medicam. Intracanal	165	192	98	144	599
	Retratamento de Canal	35	40	13	0	88
	Obturação do Canal	58	74	31	33	196
	Urgências	162	191	158	187	698
	Atestados	61	72	77	46	256
ECP	Cursos	20	20	37	0	77
	Palestras	22	14	11	0	47
	Seminários	0	1	5	0	6
	Workshops	0	4	2		6
	Reuniões Internas	7	3	0		10
	Memorandos Expedidos	131	145	115	114	505
	Memorandos Recebidos	28	24	12	14	78
	Ofícios Expedidos	34	26	15	45	120
	Ofícios Recebidos	8	9	7	5	29
	Ofício Convite	79	187	146	70	482
	Processo (Entrada)	16	21	2	7	46
	Processo (Saída)	11	22	6	6	45

Fonte: Corregedoria



7. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE-AM, criada através da Resolução n.º 02, de 09 de fevereiro de 2006, é o canal de comunicação de rápido e fácil acesso entre o Tribunal, a sociedade e demais interessados.

Entre os objetivos principais da Ouvidoria TCE/AM, podemos destacar:

- Ampliar o controle social das atividades desenvolvidas pelo TCE-AM;
- Fortalecer a cidadania e a democracia participativa;
- Ser um canal de comunicação e fácil acesso à informação em relação aos anseios e sugestões dos cidadãos-usuários;
- Oferecer insumos para as auditorias realizadas pelo TCE – AM.

A Ouvidoria do TCE-AM é um serviço de participação social, disponível ao cidadão, para que este possa oferecer denúncias, críticas, sugestões e/ou até elogios às atividades desenvolvidas pelo TCE-AM e jurisdicionados, contribuindo dessa forma para o fortalecimento da cidadania, democracia participativa e, conseqüentemente, melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados.

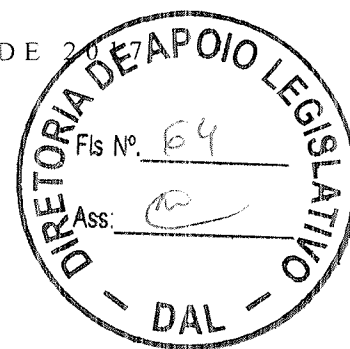
Está disponível a toda Sociedade Amazonense, tanto na capital, quanto no mais longínquo interior do Estado, bem como àqueles que, mesmo fora do Estado, detenham informações que forneçam insumos às auditorias do TCE-AM ou procurem informações pertinentes as suas atribuições. Os meios de entrada são os mais diversos, cartas, e-mails, telefones, pessoalmente ou pelo próprio endereço eletrônico do Tribunal, tudo de forma a facilitar a participação popular.

Assim sendo, a legitimidade para propor tais ações no TCE-AM fica clara em seu Regimento Interno, que assim dispõe no art. 279, *in verbis*:

“Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para na forma da lei denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, sobre administradores e demais responsáveis por dinheiro público estaduais e municipais.” (grifo nosso).

STATUS DAS MANIFESTAÇÕES

A seguir passamos a demonstrar algumas das principais atividades desempenhas pela Ouvidoria nesse ano de 2017, conforme as tabelas abaixo:



1º TRIMESTRE

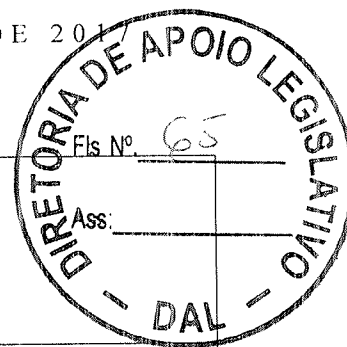
1. Formas de Identificação.

 FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO 1º Trimestre de 2017		
	1º Trimestre	%
Aberta	29	50,00
Anônima	22	37,93
Sigilosa	7	12,07
Total Geral	58	100

2. Classificação de Manifestação.

 FORMAS DE MANIFESTAÇÃO 1º Trimestre de 2017		
	1º Trimestre	%
Comunicação de Irregularidade	41	70,69
Consulta ou Informação	7	12,07
Crítica ou Reclamação	8	13,79
Elogio	1	1,72
Sugestão	1	1,72
Total Geral	58	100

3. Unidades Demandadas.

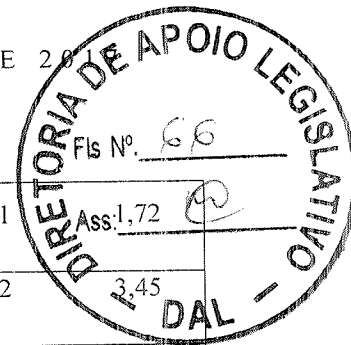


UNIDADES DEMANDADAS 1º Trimestre de 2017

	1º Trimestre	%
APMC DA ESC. EST. ARMANDO MENDES	1	1,72
ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AS MULHERES DE IRANDUBA - AAMI	1	1,72
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO AMAZONAS – ADEFA	1	1,72
ASSOC. ITACOATIARENSES RES. EM MANAUS	1	1,72
CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE	1	1,72
Câmara Municipal de Autazes	2	3,45
CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS	1	1,72
CÂMARA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT	2	3,45
CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA	1	1,72
CÂMARA MUNICIPAL DE CODAJÁS	2	3,45
CÂMARA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ	3	5,17
CÂMARA MUNICIPAL DE HUMAITÁ	1	1,72
CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	1	1,72
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS - CRM/AM	1	1,72
CONSORCIO INTER. INTEG.SUST. C. DO JURUA	1	1,72
COOPENFINT-COOP.E. INTENSIVIST	1	1,72
EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO – AMAZONASTUR	1	1,72
ESPANTALHO PNEUS LTDA.	5	8,62
FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UARINI	1	1,72
FUNDEPROR/NHAMUNDÁ - FUNDO ESPECIAL DE PRODUÇÃO RURAL	1	1,72



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



INSPETORIA SALESIANA MISSIONÁRIA DA AMAZÔNIA	1	1,72
INSTITUTO AMAZÔNICO DA CIDADANIA-IACI	2	3,45
INST. PREV.SERV.MUNIC.DE LÁBREA	1	1,72
LIGA IND. GRUPOS FOLCLÓRICOS DE MANAUS	1	1,72
LIVRARIA UNIVERSITARIA	1	1,72
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE	2	3,45
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ	2	3,45
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	1	1,72
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA	1	1,72
SAGA PUBLICIDADE LTDA	1	1,72
FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MANAQUIRI -	1	1,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - SEMULSP	1	1,72
UMES	1	1,72
WN COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA	3	5,17
ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	2	3,45
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO	6	10,34
Total Geral	58	100

Fonte: OUVIDORIA-TCE/AM

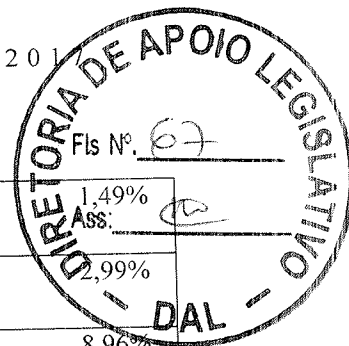
2º TRIMESTRE

1. Formas de Entrada das Manifestações

	
FORMAS DE ENTRADA	2º Trimestre de 2017
	2º Trimestre %



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



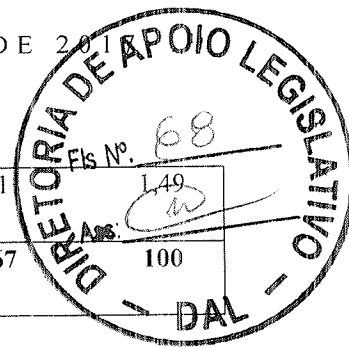
Atendimento pessoal	1	1,49%
Correspondência	2	2,99%
E-mail	6	8,96%
Site	5	7,46%
Protocolo TCE	53	79,10%
Total Geral	67	100

2. Formas de Identificação.

		
FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO	2º Trimestre de 2017	
	2º Trimestre	%
Aberta	32	47,76%
Anônima	20	29,85%
Sigilosa	15	22,39%
Total Geral	67	100

3. Classificação de Manifestação.

		
CLASSIFICAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO	2º Trimestre de 2017	
	2º Trimestre	%
Comunicação de Irregularidade	44	65,67
Consulta ou Informação	9	13,43
Crítica ou Reclamação	2	2,99
Elogio	10	14,93
Sugestão	1	1,49



Solicitação de Informação ao Público

1

67

Total Geral

149

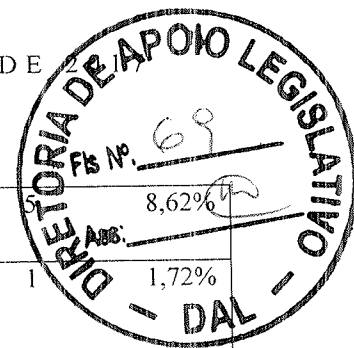
100

4. Unidades Demandadas.

 UNIDADES DEMANDADAS 2º Trimestre de 2017		
	2º Trimestre	%
A J B DE AVILAR & CIA LTDA - ME	1	1,72%
AMAZONAS EM TEMPO	1	1,72%
AMBANSO-ASSOC. M. N. S. GRAÇAS	1	1,72%
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARÁ	1	1,72%
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITACOATIARA -	1	1,72%
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	2	3,45%
ASSOC. ITACOATIARENSES RES. EM MANAUS	1	1,72%
CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS	2	3,45%
CÂMARA MUNICIPAL DE EIRUNEPE	1	1,72%
CÂMARA MUNICIPAL DE HUMAITÁ	2	3,45%
CÂMARA MUNICIPAL DE IPIXUNA	3	5,17%
CÂMARA MUNICIPAL DE JURUÁ	1	1,72%
CÂMARA MUNICIPAL DE JUTAI	1	1,72%
CÂMARA MUNICIPAL DE LÁBREA	1	1,72%
CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS	1	1,72%
CENTRO ESPIRITA MARIA DE JESUS	1	1,72%
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS - CRM/AM	1	1,72%



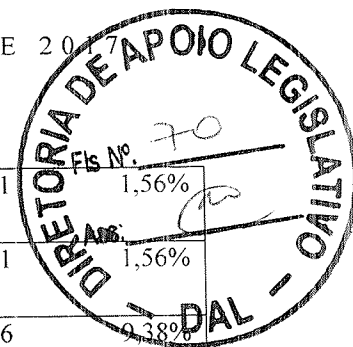
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2012



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA		
EMP.EMPREEND.AMAZ.CONT.COMER.REPRES.LTA D	1	1,72%
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM SÃO PAULO	1	1,72%
ESPANTALHO PNEUS LTDA.	1	1,72%
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE	2	3,45%
FUNDO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE	1	1,72%
INSPETORIA SALESIANA MISSIONÁRIA DA AMAZÔNIA	1	1,72%
INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - IPGP	1	1,72%
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT	2	3,45%
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI	2	3,45%
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE	1	1,72%
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO AIRÃO	1	1,72%
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	1	1,72%
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	1	1,72%
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ	1	1,72%
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCARÁ	3	4,69%
PREF. MUN. DE BOCA DO ACRE	6	9,38%
RIOS EMPREENDIM. E CONSTRUÇÕES LTDA	1	1,56%
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC	2	3,13%
SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV	1	1,56%
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE	1	1,56%
SUFRAMA	1	1,56%



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



TRANSGLOBAL SERVIÇOS LTDA.	1	1,56%
TUKANO VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	1	1,56%
WN COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA	6	9,38%
TOTAL GERAL	67	100

Fonte: OUVIDORIA-TCE/AM

3º TRIMESTRE

1. Formas de Entrada das Manifestações

		
FORMAS DE ENTRADA	Julho de 2017	
	Julho 2017	%
E-mail	5	62.50%
Site	2	25.00%
Protocolo TCE	1	12.50%
Total Geral	8	100

		
FORMAS DE ENTRADA	Agosto de 2017	
	Agosto 2017	%
E-mail	3	6.82%
Site	2	4.55%
App Celular	24	54.55%
Correspondência	15	34.09%
Total Geral	44	100

*Não há demonstrativo do mês de setembro, uma vez que ocorreu a paralisação do SPEDE, mas o sistema já se encontra em recuperação total dos dados.



*No 4º Trimestre não houve registro de demandas no SPEDE, mas o sistema já se encontra em processo de recuperação total dos dados.

8. CONSULTORIA TÉCNICA E DIRETORIA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

A Diretoria da Consultoria Técnica (CONSULTEC), instituída nos termos da Lei n.º 3.138, de 28 de junho de 2007, subordina-se hierarquicamente ao Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado e recebe apoio administrativo da Secretaria Geral de Administração.

A CONSULTEC tem como finalidade emitir relatórios, laudos técnicos, pareceres ou informações sobre questões submetidas a seu exame em assuntos de natureza jurídica; bem como executar outras atribuições determinadas pelo Conselheiro Presidente ou pelo Tribunal Pleno; assistir e assessorar o Presidente, os Conselheiros, os Auditores e demais setores do Tribunal nas matérias de sua competência.

A Diretoria do Departamento Jurídico (DIJUR) é subordinada à CONSULTEC e cumpre a função de dar assessoria técnica à Presidência em todos os processos administrativos cujo relator é o Conselheiro-Presidente, e também de emitir pareceres, nos quais aprecia a legalidade e a possibilidade jurídica de atendimento do pedido, antes de ser submetido a julgamento pelo Colendo Tribunal Pleno.

Afora os pareceres, diligências são formuladas com a finalidade melhor instruir os autos e atender às determinações legais impostas pela legislação quanto à instrução dos processos.

A DIJUR atua no acompanhamento de ações judiciais que estão em trâmite no Poder Judiciário e auxilia a Secretaria Geral de Administração na elaboração de termos de obrigações, contratos, convênios firmados pelo Tribunal e ainda na criação de atos normativos desta Corte.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CONSULTEC ANUAL DE 2017

ATIVIDADE	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
ENTRADA DE PROCESSOS	5	25	8	15	53
MEMORANDOS	11	13	13	8	50
INFORMAÇÃO EM RESOLUÇÃO	1	11	0	1	13
OFÍCIOS	1	10	8	4	23



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2018



CONSULTAS	0	0	0	6	06
TERMO DE COOPERAÇÃO	1	7	0	0	08
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	0	2	0	0	02
INFORMAÇÃO EM TERMO DE COOPERAÇÃO	0	0	2	5	07
ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO	0	5	1	5	11
SIP	1	0	0	13	14
INFORMAÇÃO EM QUÓRUM	4	11	3	0	17
DESPACHOS	0	4	2	1	07
INFORMAÇÃO EM SUBSÍDIO	0	6	5	25	36
TOTAL	24	94	42	88	247

Fonte: CONSULTEC

DIJUR

PROCESSOS PARA ANÁLISE					
ATIVIDADE	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL ANUAL
ENTRADA	128	125	114	169	536
SAÍDA	122	128	105	185	540
PARECER	104	118	97	176	495
DILIGÊNCIA	9	11	10	10	40
INFORMAÇÃO	4	6	4	3	17
TOTAL	367	388	330	543	1628

PROCESSOS SOBRESTADOS					
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL ANUAL
ESTOQUE - MÊS ANTERIOR	345	341	361	369	1416
ENTRADA	0	16	4	3	23
SAÍDA	12	2	2	0	16
REMANESCENTE	333	359	363	372	1427

Fonte: DIJUR



9. DEPLAN

O Departamento de Planejamento e Organização (DEPLAN) tem como atribuições, entre outras, coordenar e articular o processo do Planejamento Estratégico com a formulação de planos estratégicos, táticos e operacionais do Tribunal; desenvolver ações para a melhoria da qualidade das metodologias utilizadas nos planejamentos globais e setoriais do Tribunal; promover a avaliação sistemática dos planos e sua integração com as diretrizes do Tribunal; e acompanhar o desenvolvimento dos planos e das metas das unidades do Tribunal.

Apraz-nos relatar, sucintamente, as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Planejamento e Organização no ano de 2017:

No rol das atividades realizadas pelo DEPLAN ao longo do ano de 2017, destacam-se as seguintes:

1º Trimestre 2017

Seq.	Descrição	Observações
1	Consolidação dos Relatórios de Produtividade, com base nos dados recebidos e compilados de todos os setores deste Tribunal.	Atividade periódica realizada pelo DEPLAN.
2	Memorandos enviados ao DRH, ECP, DEPRIM, DESEG e DEGESP, solicitando os dados para alimentação do SPLAM.	Memorandos: 03/2017, 04/2017, 05/2017, 06/2017, 07/2017.
3	Reunião acerca da criação da “Agenda Positiva” em parceria com a Escola de Contas Públicas (ECP) representada pelo Sr. Josetito Lindoso e a Divisão de Serviços da Saúde (DISA) representada pelo Sr. Saulo Furtado.	Atividade realizada em Janeiro de 2017.
4	Divulgação das palestras e cine-fóruns por e-mails, através da INTRANET e nos murais deste Tribunal de Contas, convocando para participação no Programa de Sensibilização em Saúde Mental (PROSSAM).	JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



5	Planejamento e organização do Projeto “Saúde na Escola”, de autoria da Presidência da Corte em parceria com a Divisão Odontológica (DIDONT) e a E. E.T.I. Santa Terezinha.	JAN/17
6	Reunião estratégica para definir o Plano de Trabalho 2017 do Programa de Sensibilização em Saúde Mental (PROSSAM) junto ao Instituto Silvério de Almeida Tundis – ISAT.	JAN/17
7	Reunião com a Divisão Odontológica (DIDONT) representada pela Dr. Mali Amália Freires de Albuquerque, para a criação de documento referente à autorização dos alunos da E. E.T.I. Santa Terezinha para a realização de tratamento odontológico. Assim como, a autorização para a entrada no TCE-AM do aluno e seu representante legal junto à Assistência Militar.	JAN/17
8	Consultoria para a Fisioterapeuta Fabíola Frota Magalhães, na elaboração de um plano de atendimento preventivo aos servidores desta Corte quanto à qualidade de vida no ambiente de trabalho com o projeto de “Ginástica laboral”.	JAN/17
9	Palestra de integração/treinamento dos estagiários admitidos em Fevereiro de 2017, com o intuito de facilitar o início dos trabalhos nesta Corte. Com a apresentação do Organograma da instituição, assim como as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Planejamento e Organização (DEPLAN).	O período de treinamento dos estagiários ocorreu no mês de janeiro e a admissão foi realizada no mês de fevereiro.
10	Reunião com o conselheiro Érico Desterro acerca de mudanças do Programa de Produtividade e Regime de Compensação de Horas onde foi detectada a necessidade da criação de uma Comissão para análise e tomada de decisões.	FEV/17
11	Reunião com o Presidente Ari Moutinho e gestora do Departamento de Gestão de Pessoas (DEGESP) quanto à admissão de todos os estagiários que estivessem aptos e quanto a sua lotação nos setores.	FEV/17
12	Atendimento das demandas da ouvidoria, assim como dos demais Tribunais de Contas do país acerca do funcionamento e outros aspectos do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.	JAN/FEV/MAR



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



13	Reunião com a Comissão que constituirá novas regras para o Programa de Produtividade e Regime de Compensação de Horário - Banco de Horas, para tratar da instituição de novas regras referentes à produtividade.	FEV/17
14	Participação do DEPLAN na aula inaugural da ECP.	13 de Fevereiro de 2017
15	Reuniões com gestores dos seguintes setores: SECEX; ECP; CGQ; DIRH; CORREGEDORIA; DECOM; DICOI e SEGER. para continuidade ao processo de construção do Planejamento Estratégico.	As reuniões ocorreram dos dias 06/03 ao dia 24/03.
16	Participação das servidoras do Departamento de Planejamento e Organização (DEPLAN) no 1º seminário "Mulher no Século 21".	Ocorreu nos dias 14 e 15 de março
17	Compilação das exposições de motivos para os processos inativos enviados pelos seguintes setores: Gabinete Auditor Alípio Reis; Gabinete Auditor Mário José; Gabinete Procuradora Elizângela Marinho; Gabinete Procuradora Fernanda Cantanhede; DICAD/AM; DICAD/MA; DICA/AM; DICAD; DICARP; DICOP; DIMP; SEGER; DRH; DEATV; SEPLENO; DEPRIM; DESEG; CERIMONIAL; CORREGEDORIA; DITIN; DISIN; DIATI; DICERP e DEAOP. Posteriormente houve o envio destes dados ao Conselheiro Érico Desterro para análise e tomada de decisões.	Março/17
18	Reunião da equipe do Departamento de Planejamento e Organização (DEPLAN) para definir a parte gráfica e visual do Planejamento Estratégico e definição do orçamento para a realização do mesmo.	Março/17
19	Palestra de integração dos jovens do CETAM com a apresentação do Organograma da instituição, assim como as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Planejamento e Organização (DEPLAN).	Março/17
20	Treinamento com o JAM Jurídica sobre Gestão de Resultados em Tribunais de Contas.	Ocorreu nos dias 20 e 21 de março.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE



21	Reunião na SEPLAN-CTI, para definição de ações e inclusão de dados no sistema integrado de planejamento, orçamento e gestão do Estado - SPLAM.	Ocorreu dia 31 de março de 2017.
----	--	----------------------------------

2º Trimestre 2017

Seq.	Descrição	Observações
1	Consolidação dos Relatórios de Produtividade, com base nos dados recebidos e compilados de todos os setores deste Tribunal.	Atividade periódica realizada pelo DEPLAN.
2	Memorandos enviados ao DEGESP, DESEG, DRH, DEPRIM e ECP.	Memorandos: 08/2017, 09/2017, 10/2017, 11/2017, 12/2017.
3	Participação da Equipe do DEPLAN no seminário “Lei de Responsabilidade Fiscal” realizado na Escola de Contas.	04 a 05 de Abril.
4	Divulgação das palestras e cine-fóruns por e-mails, através da INTRANET e nos murais deste Tribunal de Contas, convocando para participação no Programa de Sensibilização em Saúde Mental (PROSSAM).	ABIL/MAIO/JUNHO.
5	Participação dos funcionários do setor no evento do Programa de Sensibilização em Saúde Mental (PROSSAM) sobre o tema “Esquizofrenia”.	19 de Abril.
6	Colaboração da servidora Rosa Suzana Batista Farias como coordenadora do curso de “Gestão de Controle Patrimonial”, no município de São Gabriel da Cachoeira.	07 a 13 de Maio.
7	Participação dos servidores do DEPLAN na palestra sobre “Aposentadoria” realizada pelo DEGESP.	10 de Maio.



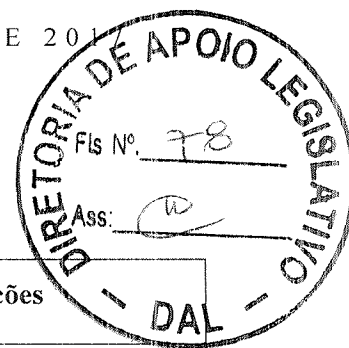
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



8	Reunião de Silvana Castro Ribeiro da Costa (chefe do DEPLAN) com a Conselheira Yara Lins, a respeito do evento realizado em homenagem ao dia das mães.	10 de Maio
9	Envio de convites via e-mail e divulgação na INTRANET do evento em homenagem ao dia das mães, realizado no auditório desta Corte de Contas.	11 de Maio
10	Reunião de Silvana Castro Ribeiro da Costa (chefe do DEPLAN) com o Doutor Fernando Elias Prestes Gonçalves, a respeito do evento realizado em homenagem ao dia das mães.	11 de Maio.
11	Auxílio da equipe DEPLAN na organização e programação do evento em homenagem ao dia das mães.	12 de Maio
12	Participação da equipe DEPLAN no evento realizado no auditório do TCE-AM referente à programação de homenagem ao dia das mães.	12 de Maio.
13	Atendimento das demandas da ouvidoria, assim como dos demais Tribunais de Contas do país acerca do funcionamento e outros aspectos do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.	ABRIL/MAIO/JUNHO.
14	Reunião de Silvana Castro Ribeiro da Costa (chefe do DEPLAN) com Merisa Monteiro Mendes (chefe do DEGESP) e Rosenilda Freitas da Silva a respeito do "Plano de Ação 2017/2021".	24 de Maio.
15	Auxílio da equipe DEPLAN na abertura do Programa de Preparação Para a Aposentadoria (PPA).	01 de Junho
16	Participação da equipe DEPLAN no "Seminário de Meio Ambiente: Responsabilidade de todos".	05 de Junho.
17	Consolidação do Livro sobre o Plano Estratégico 2017/2021.	ABRIL/MAIO/JUNHO.



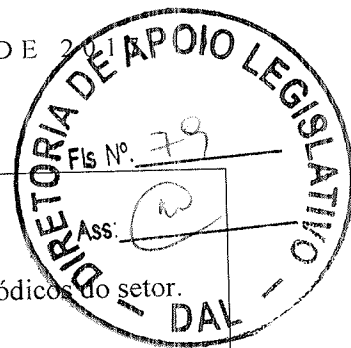
3º Trimestre 2017



Seq.	Descrição	Observações
1	Consolidação dos Relatórios de Produtividade, com base nos dados recebidos e compilados de todos os setores deste Tribunal.	Atividade periódica realizada pelo DEPLAN.
2	Participação da estagiária do setor na palestra “O poder da decisão”.	18 de agosto.
3	Reunião com o conselheiro-presidente Ari Moutinho e os chefes de setores desta Corte de Contas a respeito do Marco de Medição de Desempenho, qualidade e agilidade dos Tribunais de Contas.	21 de agosto.
4	Reunião na SEPLAN-CTI, para definição de ações e inclusão de dados no sistema integrado de planejamento, orçamento e gestão do Estado - SPLAM.	24 de agosto.
5	Divulgação na intranet do Livro sobre o Plano Estratégico 2017/2021.	25 de agosto.
6	Atendimento das demandas da ouvidoria, assim como dos demais Tribunais de Contas do país acerca do funcionamento e outros aspectos do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.	Julho/Agosto/Setembro.
7	Reunião de Silvana Castro Ribeiro da Costa (chefe do DEPLAN) com Heloísa Helena de Verçoza Chã, a respeito da auditoria que ocorreria posteriormente.	Ocorreu no dia 25/08.
8	Auditoria realizada com a comissão de auditores da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon).	Ocorreu no dia 30/08.



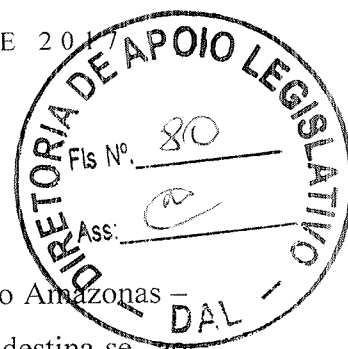
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



9	Emissão de memorandos: 14/2017, 15/2017, 16/2017, 17/2017, 18/2017, 19/2017, 20/2017, 21/2017, 22/2017, 23/2017.	Documentos periódicos do setor.
10	Solicitação ao DIMAT para reposição de material ao DEPLAN (pastas, envelopes e ligas)	22 de setembro.

4º Trimestre 2017

Seq.	Descrição	Observações
1	Consolidação dos Relatórios de Produtividade, com base nos dados recebidos e compilados de todos os setores deste Tribunal.	Atividade periódica realizada pelo DEPLAN.
2	Atendimento das demandas da ouvidoria, assim como dos demais Tribunais de Contas do país acerca do funcionamento e outros aspectos do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.	Outubro/Novembro/Dezembro.
3	Emissão de memorandos: 24/2017, 25/2017, 26/2017, 27/2017.	Documentos periódicos do setor.
4	Confraternização natalina dos servidores do setor.	Ocorreu dia 12 de dezembro.
5	Recesso no Tribunal de Contas do Amazonas no dia 22 de dezembro até o dia 9 de janeiro.	



10. ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS

A Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – ECP/AM, criada pela Lei n.º 3.452, de 10 de dezembro de 2009, destina-se ao desenvolvimento de estudos relacionados às técnicas de controle da Administração Pública, ao planejamento e execução de ações destinadas à capacitação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, bem como à realização de treinamento de gestores e técnicos pertencentes aos órgãos jurisdicionados.

Tem a missão de impulsionar e desenvolver a função pedagógica do Tribunal de Contas, orientando seu quadro de servidores e jurisdicionados para prática de atos administrativos eficazes, através de programas de aperfeiçoamento e qualificação, e, ainda, fortalecer a participação cidadã no processo fiscalizatório. As funções de Coordenador-Geral da ECP são exercidas pelo Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, eleito para o Biênio 2016/2017.

Abaixo, as atividades realizadas pela Escola de Contas Públicas no ano de 2017:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	
JANEIRO	
01 a 11	* Retorno do Recesso; * Planejamento estratégico para o exercício de 2017; * Reunião para definição de Cursos; * Reunião com a AAM - Associação Amazonense dos Municípios: Presidente João Câmpelo e Cláudio Júnior; * Reunião com Diretor da SEAD - Anderson Matos com Kátia, Vanja, na ECP; * Visita da Diretora da ECP na AAM- Associação dos Municípios junto com os Secretários, sobre Capacitação dos Servidores dos Municípios



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



RELATÓRIO DE ATIVIDADES	
FEVEREIRO E MARÇO	
01/02 a 31/03	* Feriado de Cinzas * Reunião com pessoal da INFOCO/SEAD e SEGER; * Curso de Julgamento Eletrônico (Elaboração de Relatório/Voto no SPEDE) MANHÃ E TARDE; * Curso de e-Contas/Anual - 4 turmas; * Curso de Word Básico; * Curso de Produtividade, Admin. em Eficácia no trabalho - Rumo à Excelência; * Reunião com o Fórum Interinstitucional de desenvolvimento, Ellen da SEFAZ e Mirian do TJ/AM - Escola dos servidores; * Reunião com a Kátia da SEAD; * Palestra "O papel da mulher no século XXI"; * Curso de e-Contas/Anual - 3 Turmas; * Reunião com o Sr. Jurimar Colares do CREA, com as Diretoras da ECP; * Reunião com a INFOCO sobre as senhas da nova plataforma. * Curso de SPEDE - (manhã e tarde); * Curso de Gestão por Resultados em Tribunais de Contas; * Curso de Gestão Orçamento/Financeira enfocando Demonstrat. Contábeis (MCASP 7ª ed.); * Curso de Controle Interno, Modernização e Transparência da Administração Pública.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	
ABRIL	
01 a 30/04	* Reunião sobre Planejamento Estratégico; * Lançamento do calendário da ESPI; * Reunião com a ESPI e SEMEF na ECP; * Palestra sobre o dia Mundial da Saúde; * Palestra sobre Depressão; * Palestra sobre o meio ambiente; * Reunião com IBGE; * Lançamento do calendário da SEAD;



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 20



- * Lançamento do catálogo de cursos 2017 da ESPI;
- * Curso de Controle Interno;
- * Reunião IBGP;
- * Reunião com a SEPLAN;
- * Curso de Gestão Tributária;
- * Curso de Word Intermediário;
- * Lançamento da Pós-Graduação SEAD;
- * Início do PROFAC;
- * Curso de Responsabilização de Agentes Públicos;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

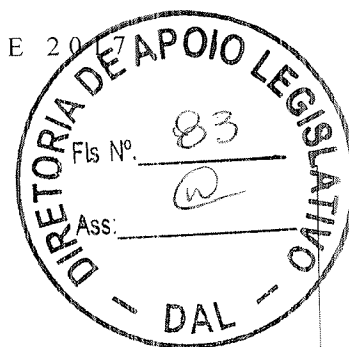
MAIO E JUNHO

01/05 e
30/06

- * Análise dos processos de aposentadoria e pensão;
- * Semana da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- * Gestão e Controle de Patrimônio;
- * Workshop em gestão tributária;
- * Controle Interno;
- * Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência;
- * Elaboração de relatório de auditoria;
- * PROFAC
- * Gestão tributária;
- * Workshop de mapeamento de processos;
- * Redação Oficial;
- * Reunião com gestores da SEMA, FAS, MPF, TJAM, SEAD, MPT, Manaus Ambiental, SEPLAN, SEMULSP E SEMMAS;
- * Reunião com os coordenadores da ECP;
- * Reunião com Ray Oliveira da INFLUX;
- * Seminário sobre meio ambiente;
- * Workshop mapeamento de processo;
- * Curso de Governança Pública
- * Curso de Controle Interno;
- * Reunião com coordenadores do curso de engenharia de Manaus;



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2007

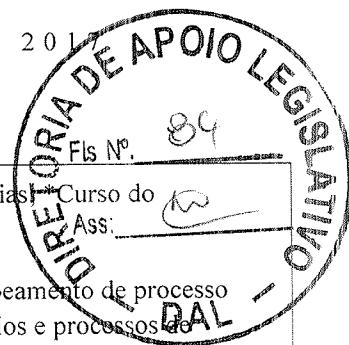


- *Curso do SPEDE;
- * Curso de Gestão Tributária;
- * Curso de Técnicas para Elaboração de PPA, LDO e LOA;
- * Curso de Auditoria Baseada em Gestão de Riscos;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	
JULHO	
01 a 30/07	*Curso de Convênio e Prestação de Contas de Convênio; *Palestra parceria c Degesp: O Ócio: é possível vivê-lo com qualidade; *Curso de Secretariado e Assessoria e seus Hábitos na Administração Pública; *Reunião com o Presidente da Associação do Conselho Municipal de Educação, Sr Edelson Pena; *Curso de Noções de Administração Pública, Direitos e deveres do Servidor Público e Admissão de Pessoas: Contratação Temporária, PSS e Concurso Público; *Palestra parceria c Degesp: Cuka Fresca / Cinema com Pipocas (Um Senhor estagiário); *Curso de e-Contas - 2 Turmas; *Curso de Licitação com foco no sistema de registro de preços, gestão e fiscalização de contratos; *Curso de Técnicas para Elaboração de PPA, LDO e LOA; *Palestra parceria c Degesp: Coaching Gerontológico 2; * PROFAC - Programa de Formação de Agentes de Controle Social; * Curso de Psicossocial - Abordagem: Violências contra o idoso; *Plano Nacional de Educação.
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	
AGOSTO E SETEMBRO	

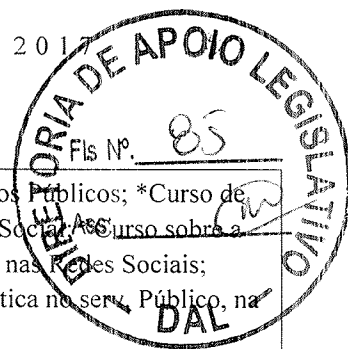


RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



01/08 e 30/09	*Reunião sobre ouvidoria Geral do Tce/Am; *Inauguração da sala do Centro de mídias; *Curso do MOODLE; *Palestra parceria com a DEGESP; A inclusão social do idoso. *Curso de Controle Interno nos termos da resolução TCE 9/2016; *Workshop de mapeamento de processo (fase I) turma 3; *Curso de Obras Públicas; *palestra parceria com a DEGESP: Estágios e processos de mudança do comportamento. *Curso sobre a comunidade, a Gestão Ambiental, e a Responsabilidade compartilhada; *Curso sobre Ética com foco nas Redes Sociais; *Curso sobre Controle Social exercido por jovens formadores de opinião *Simpósio: Igarapés de Manaus e Saneamento - Cenários e Perspectivas; *Curso de Técnicas para Elaboração da LOA, LDO e PPA; *Principais Falhas no Projeto Básico e na Fiscalização de Obras Públicas; *Curso de Secretariado e Assessoria e seus Hábitos na Administração pública; *Curso de Motivação como fonte de produtividade no setor público; *Curso de Regime próprio de Previdência; *Palestra parceira com a DEGESP: Psicosocial - Abordagem: Relações intrafamiliares do processo de envelhecimento. *palestra parceria com a DEGESP: Os oito pilares do envelhecimento. *Reunião na ECP com o Sr. Edson Fernandes, do grupo Educação Fiscal do Estado; *curso sobre Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência / Licitação de Contratos; *curso de Aposentadoria e Pensão. *palestra parceria com a DEGESP: Depressão e doenças que contribuem para o envelhecimento precoce. Tristeza não tem fim? *curso de Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência/ Licitação de Contratos; *curso de Elaboração de Planilha de Custos e Formação de preço;
	*curso de Contabilidade Pública de acordo com a MCASP - 7ª edição Palestra parceira com a DEGESP: Papel dos Conselhos do Idoso (Municipal e Estadual). *curso de Noções de administração Pública, Direitos e Deveres do Servidor Público e Admissão de Pessoal; *curso de Técnicas Vocais; *curso sobre as Competências Tributárias e a Relevância do ICMS para os Municípios de Manaus; *curso sobre a Nota Fiscal ao Consumidor - Tomador de Serviços; *curso de Tributação e Cidadania;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	
OUTUBRO	
01 a 31/10	*Reunião com a Juíza do Tribunal de Justiça, Dra. Valdirene do TJ; *Reunião com o Secretário da Sefaz Sr. Álvaro; *Curso do PROFAC; *Curso de Regime Geral e Próprio de *Reunião com Lúcia Magalhães, Secretária Geral do TCU; *Reunião com Flacy Antony da Amazonastur; *Curso de Relacionamento Interpessoal e gestão de conflitos; *Curso do PROFAC; *Simpósio: Igarapés de Manaus e Saneamento; *Curso de Ética na Sociedade, na Escola, nas Redes Sociais e no Ambiente de Trabalho; *Curso de Orçamento Público Municipal: *Recebimento de documentações dos candidatos inscritos para o PSE 2017; *Palestra sobre Aspectos investigativos utilizados no sistema de investigação da "Lava Jato"; *Curso de Regime Geral e Próprio de previdência/ LRF / Obras públicas; *Curso de Responsabilização de Agentes Públicos; *Curso de Auditoria de Riscos; *Curso de Secretariado e Assessoria e seus Hábitos na Administração Pública; *Curso de Convênio/ Prestação de Contas de Convênio; *Curso de Excell; *Curso de E-Contas I e II; *Curso de Ética no Serviço Público, na Sociedade e nas Redes Sociais; *Curso sobre a Importância da Comunicação na Divulgação da Ativid. Parlamentar e o Fortalec. da Imagem do Legislativo.
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - NOVEMBRO E DEZEMBRO	



01/11 e 31/12	*Curso de Projeto Básico/ Obras/ Licitação/ LRF; *Curso de Controle Social dos Gastos Públicos; *Curso de Orçamento Público, com ênfase na educação: PPA, LDO, LOA, FUNDEB e Controle Social; *Curso sobre a Comunidade, Gest. Ambiental, Respons. Compartilhada; *Curso sobre Ética com foco nas Redes Sociais; *Curso sobre Controle Social exercido por jovens formadores de opinião; *Curso de Ética no serviço Público, na Sociedade e Redes Sociais. *Curso de Governança Pública, Liderança, Estratégias e Controle; *Curso de Qualidade de Vida na Organização, com enfoque no Assédio Moral; *Curso de Auditoria Operacional; *I Simpósio Nacional das Ouvidorias; *Realização do processo Seletivo de Estágio, na FAMETRO; *PROFAC; *Curso de Estratégias para disseminação do conhecimento organizacional; *Curso sobre Processo nos Tribunais de Contas e seus custos; *Curso de Auditoria em Folha de Pagamento. *Reunião na SUFRAMA, com Dr Appio da Silva Tolentino, superintendente da SUFRAMA; *Reunião com a professora Estela Cirino da ESPI, na sala de reunião da ECP; *Curso de Projeto Básico/ Obras/ Licitação/LRF; *Curso de Gestão Ambiental Responsável. *Curso de Auditoria Operacional; *Reunião na sala da ECP com o pessoal da ESPI; *Workshop: Estudos Preliminares sobre Marco Regulatório das Transferências Voluntárias; *Resultado dos aprovados no processo seletivo de estágio, no DOE; *Reunião como os Coordenadores da ECP para cobrança de fotografias e Relatórios pendentes, para fechamento de Relatório anual; *I Congresso Amazonense de Vereadores; *Curso de Atuação das Escolas de Governo na Inovação da Gestão Pública; *II Congresso Amazônico de Gestores Públicos; *Posse da Conselheira Presidente Yara Amazônia, para o biênio 2018/2019, no Teatro Amazonas. *Confecção de Certificados dos cursos realizados na ECP/2017; *Semana de recebimento da documentação dos candidatos estagiários aprovados e selecionados no PSE de 2017; *Festa de Confraternização do TCE;
---------------	---

11. SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria Geral de Administração (SEGER), subordinada diretamente ao Presidente do Tribunal, tem por finalidade:

- Dar apoio administrativo à Direção-Geral, ao Corpo Deliberativo e ao Ministério Público;
- Planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às funções de administração geral, de pessoal, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e de serviços gerais, necessários ao funcionamento do Tribunal.

A Secretaria Geral de Administração é dirigida por um Secretário-Geral, bacharel em Direito, Contabilidade, Administração ou Economia, de livre nomeação do Presidente do Tribunal e constituída das seguintes Diretorias, Departamentos e Comissões:

I – Diretoria de Recursos Humanos - DIRH, composta por:

- a) Departamento de Gestão Estratégica – DEGESP;
- b) Departamento de Pessoal e Documentação – DEPED;



- c) Divisão de Serviços da Saúde – DISA;
- d) Divisão de Serviços Odontológicos – DIDONT;
- e) Divisão de Assistência Social – DIAS;
- f) Divisão de Preparação de Folha – DIPREFO;
- g) Divisão de Registro de Pessoal – DIREG;

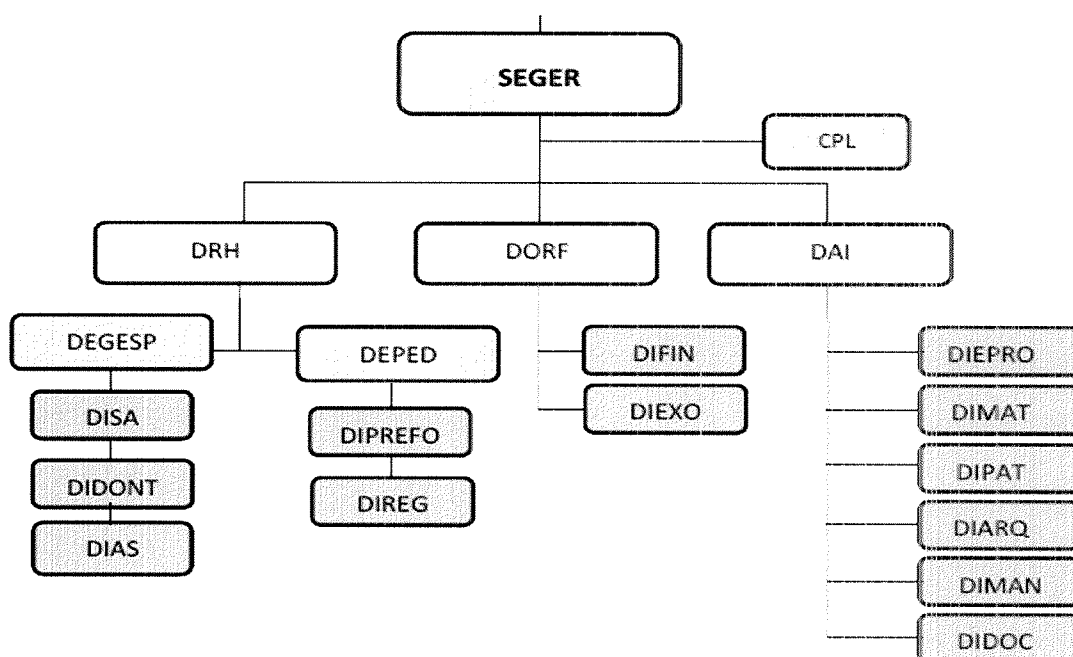
II – Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira - DIORF, composta por:

- a) Divisão de Finanças – DIFIN;
- b) Divisão de Execução Orçamentária – DIEXO;

III – Diretoria de Administração Interna – DAI, composta por:

- a) Divisão de Expediente e Protocolo – DIEPRO;
- b) Divisão de Material – DIMAT;
- c) Divisão de Patrimônio – DIPAT;
- d) Divisão de Arquivo – DIARQ;
- e) Divisão de Manutenção – DIMAN;
- f) Divisão de Biblioteca e Documentação – DIDOC;

VI – Comissão Permanente de Licitação;



RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DA SEGER
ANUAL – 2017

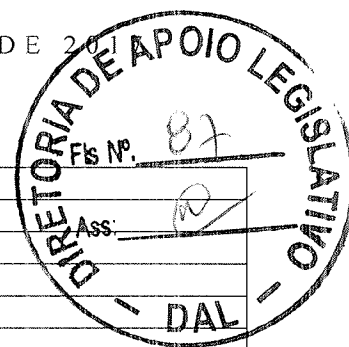
RELATÓRIO ANUAL DE PRODUTIVIDADE DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, DO EXERCÍCIO 2017.

I – MOVIMENTO DE CORRESPONDÊNCIAS

DOCUMENTOS	ANUAL/2017
OFÍCIOS EXPEDIDOS	816



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



OFÍCIOS RECEBIDOS	105
MEMORANDOS EXPEDIDOS	91
MEMORANDOS RECEBIDOS	1.222
OFÍCIOS CIRCULAR EXPEDIDO(S)	01
OFÍCIO CIRCULAR RECEBIDO	-0-
MEMORANDOS CIR. EXPEDIDO(S)	05
MEMORANDO CIRCULAR RECEBIDO	05
REQUERIMENTOS RECEBIDOS	1.743
EXPOSIÇÃO MOTIVOS RECEBIDA (S)	32
EXPOSIÇÃO MOTIVOS EXPEDIDA (S)	-0-
INFORMAÇÃO RECEBIDA (S)	06
DOCUMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	45
DESPACHOS ADIANTAMENTO EXPEDIDOS	229
DESPACHOS DE VIAGENS	176
CORRESPONDÊNCIAS (OFS/NOTS/INTIM/DOCS. DIVER SOCORRO + VERA= 2.756	28.204
TOTAL	32.680

II - MOVIMENTAÇÕES DIVERSAS

DOCUMENTOS	ANUAL/2017
DESPACHO HOMOLOGAÇÃO	06
AVISO LICITAÇÃO/PREGÃO	08
DESPACHO INEXIGIBILIDADE	77
EXTRATO TERMO CONTRATO	19
EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO	59
EXTRATO DO TERMO CONVENIO	03
EXTRATO TERMO ADITIVO CONVENIO	04
DISPENSA DE LICITAÇÃO	02
TERMO DE APOSTILAMENTO	-0-
EXTRATO TERMO DE CESSÃO	-0-
EXTRATOS ATA REGISTROS DE PREÇOS	-0-
PORTARIAS EXPEDIDA	241
ERRATA DO TERMO ADITIVO CONTRATO	-0-
TERMO DE RECONHECIMENTO DA DÍVIDA	-0-
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	-0-
COMUNICADO PRESSEGUIMENTO LICITAÇÃO	-0-
EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	08
ERRATA DE EXTRATO COOPERAÇÃO TÉCNICA	-0-
ERRATA DO DESPACHO INEXIGIBILIDADE	-0-
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO	-0-
TOTAL	427

Fonte: SEGER



12. CONTROLE INTERNO

A Diretoria de Controle Interno (DCOI) é subordinada diretamente ao Presidente do Tribunal com suporte administrativo da Secretaria Geral de Administração (SEGER), tendo por finalidade:

I - acompanhar a execução do orçamento do Tribunal em todos os aspectos e fases de realização da despesa;

II - desempenhar atividades de controle e proteção do seu patrimônio;

III - acompanhar e verificar a comprovação da legalidade e da regularidade dos atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal;

IV - executar todos os procedimentos pertinentes às funções de auditoria interna;

V - representar ao Presidente do Tribunal, em caso de ilegalidade ou irregularidade que constatar;

VI - analisar os documentos orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis e emitir parecer sobre as contas anuais e as operações do Tribunal;

VII - examinar e verificar as movimentações de recursos e a regular guarda de bens e valores do Tribunal;

VIII - receber ou tomar as contas dos responsáveis pelo almoxarifado e pelos adiantamentos dados pelo Tribunal;

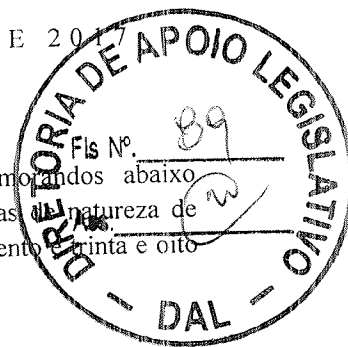
IX - desempenhar outras funções determinadas, no âmbito de sua competência, pelo Presidente ou pelo Tribunal Pleno.

Em atendimento ao disposto na Resolução n.º 02, de 24 de abril de 1997, a Diretoria de Controle Interno procedeu à devida verificação nos Relatórios de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial deste Tribunal, referente ao ano de 2017:

MATERIAL E PATRIMÔNIO



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



A Divisão de Material – DIMAT, conforme dados constantes dos Memorandos abaixo discriminados, encaminhados a este setor, INFORMA que no presente ano efetuou compras de natureza de consumo e permanente, as quais atingiram o valor global de R\$ 1.138.1630,14 (um milhão, cento e oitenta e oito mil, cento e sessenta e três reais e quatorze centavos) conforme quadro demonstrativo a seguir:

MÊS	EXPEDIENTE	MATERIAL DE CONSUMO (R\$)	MATERIAL PERMANENTE (R\$)	TOTAL (R\$)
JANEIRO	Memorando 14/2017 de 07.02.2017	195.155,95	0,00	195.155,95
FEVEREIRO	Memorando 20/2017 de 07.03.2017	14.969,80	18.748,28	33.718,08
MARÇO	Memorando 30/2017 de 06.04.2017	68.319,95	2.650,00	70.969,95
ABRIL	Memorando N° 49/2017 de 11.05.2017	53.760,00	15.502,53	69.262,53
MAIO	Memorando N° 55/2017 de 06.06.2017	14.719,75	633.500,00	648.219,75
JUNHO	Memorando N° 61/2017 de 06.07.2017	13.072,00	4.980,00	18.052,00
JULHO	Memorando N° 70/2017 de 08.08.2017	12.563,00	16.814,68	29.377,68
AGOSTO	Memorando N° 72/2017 de 04.09.2017	2.527,80	9.265,00	11.792,80
SETEMBRO	Memorando N° 80/2017 de 10.10.2017	7.737,20	1.596,00	9.333,20
OUTUBRO	Memorando nº 100/2017	21.247,60	4.252,00	25.499,60
NOVEMBRO	Memorando nº 110/2017	13.929,10	6.650,00	20.579,10
DEZEMBRO	Memorando nº 119/2017	0,00	6.202,50	6.202,50
TOTAL		418.002,15	720.161,00	1.138.163,14

ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

JANEIRO 2017 RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2016	9.976.854,36
RECEITAS	17.090.644,31
DESPESAS	(17.222.538,23)



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017

**SALDO CONTÁBIL EM 31/01/2017**

Fonte: Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira - demonstrativo financeiro das receitas e despesas
ref. Mês de JANEIRO/2017

FEVEREIRO 2017	
RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 31/01/2017	9.844.960,44
RECEITAS	17.240.727,22
DESPESAS	(15.449.862,57)
SALDO CONTÁBIL EM 28/02/2017	11.635.825,09

Fonte: Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira - demonstrativo financeiro das receitas e despesas
ref. Mês de FEVEREIRO/2017

MARÇO 2017	
RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 28/02/2017	11.635.825,09
RECEITA	14.028.481,81
DESPESAS	(18.687.319,79)
SALDO CONTÁBIL EM 31/03/2017	6.976.987,11

Fonte: Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira - demonstrativo financeiro das receitas e despesas
ref. Mês de MARÇO/2017

ABRIL 2017	
RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 31/03/2017	6.976.987,11
RECEITAS	18.361.540,20
DESPESAS	(17.119.346,31)
SALDO CONTÁBIL EM 31/04/2017	8.219.181,00

Fonte: Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira - demonstrativo financeiro das receitas e despesas
ref. Mês de ABRIL/2017

MAIO 2017



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 31/04/2017	8.219.181,00
RECEITAS	16.132.888,22
DESPESAS	(16.885.440,17)
SALDO CONTÁBIL EM 31/05/2017	7.466.619,35

Fonte: Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira - demonstrativo financeiro das receitas e despesas
ref. Mês de MAIO/2017

JUNHO 2017 RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 31/05/2017	7.466.619,35
RECEITA	18.258.590,04
DESPESAS	(16.885.440,17)
SALDO CONTÁBIL EM 30/06/2017	9.565.701,53

Fonte: Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira - demonstrativo financeiro das receitas e despesas
ref. Mês de JUNHO/2017

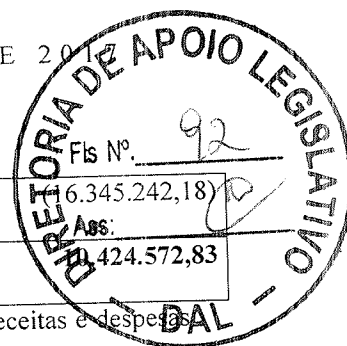
JULHO 2017 RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 30/06/2017	9.565.701,53
RECEITAS	25.138.709,12
DESPESAS	(25.016.267,31)
SALDO CONTÁBIL EM 31/07/2017	9.688.143,34

Fonte: Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira - demonstrativo financeiro das receitas e despesas
ref. Mês de JULHO/2017

AGOSTO 2017 RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 31/07/2017	9.688.143,34
RECEITAS	17.081.671,67



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



DESPEAS	
SALDO CONTÁBIL EM 31/08/2017	

Fonte: Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira - demonstrativo financeiro das receitas e despesas
ref. Mês de AGOSTO/2017

SETEMBRO 2017 RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 31/08/2017	10.424.572,83
RECEITA	18.086.652,37
DESPEAS	(16.116.497,33)
SALDO CONTÁBIL EM 30/09/2017	12.394.727,87

Fonte: Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira - demonstrativo financeiro das receitas e despesas
ref. Mês de SETEMBRO/2017

OUTUBRO 2017 RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 30/09/2017	10.424.572,83
RECEITAS	19.264.226,82
DESPEAS	(17.880,084,72)
SALDO CONTÁBIL EM 31/10/2017	11.808.714,93

FONTE: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - DEMONSTRATIVO
FINANCEIRO DAS RECEITAS E DESPESAS REF. MÊS DE OUTUBRO/2017

NOVEMBRO 2017 RESUMO	
SALDO CONTÁBIL EM 31/10/2017	11.808.714,93
RECEITAS	31.969.502,74
DESPEAS	(23.329.918,57)
SALDO CONTÁBIL EM 30/11/2017	20.448.299,10

FONTE: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - DEMONSTRATIVO
FINANCEIRO DAS RECEITAS E DESPESAS REF. MÊS DE NOVEMBRO/2017



DEZEMBRO 2017

RESUMO

SALDO CONTÁBIL EM 30/11/2017	20.448.299,10
RECEITAS	18.917.145,28
DESPESAS	(33.631.369,72)
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2017	3.408.163,28

FONTE: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DAS RECEITAS E DESPESAS REF. MÊS DE DEZEMBRO/2017

1. Controle dos Adiantamentos

Adiantamento é o procedimento de entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, com a finalidade de realizar despesa de pronto pagamento expressamente definida em lei e que, não possa subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Legislação: Lei Federal 4.320/64; Decreto Estadual nº 16.396/1994 Amazonas; Resolução TCE-AM nº 12/2013. O que caracteriza essas despesas é a impossibilidade do seu pagamento aguardar os trâmites normais, devendo ser utilizado o pagamento à vista.

Concessões de Adiantamentos

Foram concedidos **196** (cento e noventa e seis) adiantamentos, sendo o montante de recursos gastos a título de adiantamentos totalizou **R\$ 799.927,20** (setecentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte centavos), o que representou 0,33% das despesas liquidadas e pagas no exercício de 2017.

Conforme a Tabela 1, foram concedidos **196** processos de Adiantamentos conforme concessões mensais:

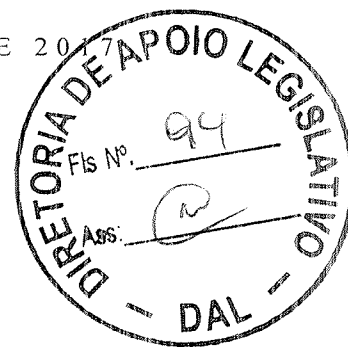
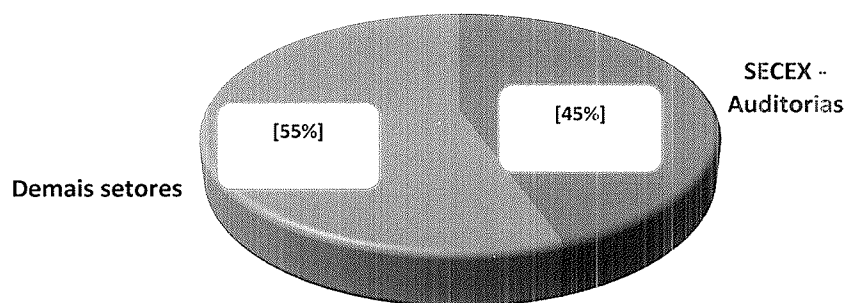
Tabela 1 – Concessões de Adiantamentos

Ano / Mês	JA N	FE V	MAR	ABR	MA I	JU N	JU L	AGO	SE T	OU T	NOV	DE Z	Total
2017	03	03	12	10	53	47	12	10	11	07	11	17	196

Do montante de recursos gastos a título de adiantamentos destacamos que:

- **45%** foram concedidos para financiar os gastos com suprimentos de fundos para as auditorias no interior do estado; **93% dos recursos gastos com pessoas físicas** e somente 7% com pessoas jurídicas;
- **55%** foram concedidos para financiar os gastos com suprimentos de fundos para as necessidades de consumo de bens e serviços internos; **97% dos recursos gastos com pessoas jurídicas** e somente 3% com pessoas físicas;

O gráfico abaixo permite a observação da segregação do volume de adiantamentos em 2017:

**ADIANTAMENTOS - 2017**

- 17% dos recursos concedidos foram devolvidos **R\$ 136.850,47.**

- Os tomadores de adiantamentos para as auditorias no interior do estado devolveram **R\$ 109.480,38 (80% das devoluções)** e os demais setores **R\$ 27.701,00 (20% das devoluções).**

2. Prestação de Contas de Adiantamentos

As regras para a concessão estão definidas na Resolução TCE-AM nº 12/2015 e passam por rigorosa fiscalização da Diretoria Orçamentária e Financeira e da Diretoria do Controle Interno. O regime de adiantamento é imprescindível para garantir o cumprimento da fiscalização no Interior do Estado do Amazonas.

A fim de avaliar em que medida os recursos estão sendo concedidos e aplicados de acordo com a legislação pertinente, formularam-se as questões adiante indicadas:

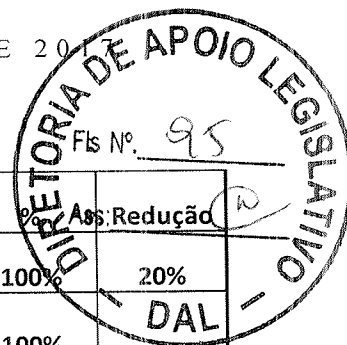
- O ato de concessão de suprimentos de fundos por meio a legalidade do pedido, consoante a disposição do Art. 68 e 69 da Lei 4.320/64; e Resolução TCE nº 12/2013, principalmente verificação de ausência de pendências do requerente, justificativa e limite de recursos liberados;
- Na prestação de contas verificar a conformidade da despesa na utilização dos recursos liberados, e se houve o atendimento dos requisitos contido nos artigos 7º e 9º da Resolução nº 12/2013-TCE-AM;

O quadro abaixo demonstra o rigoroso controle na concessão e prestação esforço do TCE-AM na redução de suas despesas correntes, do qual merece destaques:

- **Em 2016, foram concedidos 274 adiantamentos: R\$ 994.065,50; 100% das prestações de contas foram prestadas; 83% dos recursos foram aplicados e 15% dos recursos foram devolvidos.**



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



INDICADORES		2016	%	2017	%	Ass: Reduçã
1.	Adiantamentos Concedidos	994.065,50	100%	799.927,20	100%	20%
2.	Prestações de Contas	994.065,50	100%	799.927,20	100%	
2.1	Recursos Aplicados	826.660,69	83%	663.076,73	83%	
2.2	Recursos Devolvidos	167.404,81	17%	136.850,47	17%	
3.	Pendente de Prestação de Contas	-	0%	-	0%	
TOTAL DE ADIANTAMENTOS		274		160		42%

Fonte: DICOI/TCE-AM e Sistema AFI_ Administração Financeira Integrada

→ Em 2017, foram concedidos 196 adiantamentos, totalizando R\$ 799.927,20; dos recursos concedidos: 100% foram prestadas contas. No processo de prestação de contas auditadas pela Diretoria de Controle Interno: 83% dos recursos foram aplicados e 17% dos recursos foram devolvidos.

→ Destaca-se para expressiva redução de adiantamentos: queda de 42% no quantitativo e queda de 20% no valor dos recursos autorizados para pronto pagamento.

De acordo com a Tabela 2, no Exercício em destaque foram emitidos 214 Laudos Técnicos.

Tabela 2 – Laudos Técnicos Expedidos

Ano / Mês	JA N	FE V	MAR	ABR	MA I	JU N	JU L	AGO	SE T	OU T	NOV	DE Z	Total
2017	04	12	07	06	12	34	19	48	17	4	12	39	214

3. Parecer Técnico: Execução Orçamentária

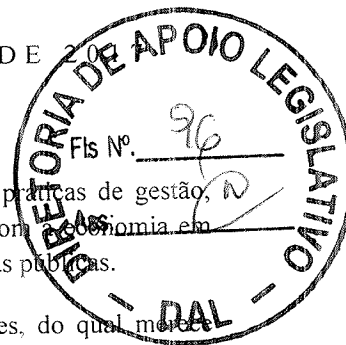
O controle interno emite Pareceres Técnicos, abrangendo todas as atividades que envolvem a execução Patrimonial, Orçamentária, Financeira, Operacional e Pessoal desta Corte de Contas.

A Tabela 3 nos mostra que, entre Janeiro e Dezembro de 2017, foram produzidas 366 peças de Parecer Técnico.

Tabela 3 – Produção de Pareceres Técnicos

Ano / Mês	JA N	FE V	MAR	ABR	MA I	JU N	JU L	AGO	SE T	OU T	NOV	DE Z	Total
2017	13	14	42	43	28	18	23	14	22	63	38	48	366

Redução das Despesas Correntes: eficiência e economia



A responsabilidade e eficiência com os gastos públicos aliados a intensificação de bocas práticas de gestão, permitiu ao TCE-AM economizar recursos financeiros e potencializar suas ações mesmo com economia em período de retração, com um cenário de crise com substancial queda na arrecadação de receitas públicas.

O quadro abaixo demonstra o esforço do TCE-AM na redução de suas despesas correntes, do qual merecem destaques:

Despesas Correntes	Fixadas	Pagas	Economia
Exercício 2016	217.437.458	196.641.385	10%
Exercício 2017	232.379.840	224.430.642	3%

Pessoal e Encargos	Fixadas	Pagas	Economia
Exercício 2016	169.863.900	158.110.670	7%
Exercício 2017	184.676.332	179.410.547	3%

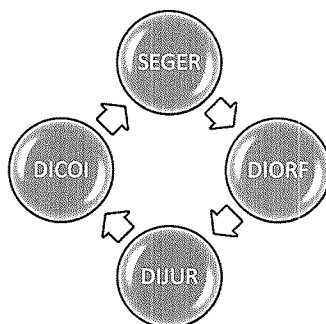
Outras Despesas Correntes	Fixadas	Pagas	Economia
Exercício 2016	44.669.558	39.966.099	11%
Exercício 2017	47.703.508	45.020.094	6%

Fonte: ANEX 12 - Balanço Orçamentário: Sistema AFI

- Em 2016, redução de 10% nas despesas correntes totais; redução de 7% nas despesas com pessoal e encargos e redução de 11% nas demais despesas correntes (pessoas físicas e jurídicas);
- Em 2017, a previsão de despesas correntes totais caiu em quase 1 milhão de reais. A SEGER planeja manter a redução obtida no exercício anterior.

4. Garantia de Legitimidade, Probidade Administrativa e Eficiência

Os atos administrativos da SEGER são monitorados, analisados e legitimados por 3 (três) diretorias que emitem pareceres, absolutamente independentes entre si e em estrito acordo com as suas atribuições e responsabilidades, os quais visam garantir o controle e a probidade dos atos administrativos de ordenação de dispêndios do TCE-AM:



- ✓ **DIORF - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
- ✓ **DICOI - DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO**
- ✓ **DIJUR - DIRETORIA DA CONSULTORIA JURÍDICA**

Destaca-se a maior integração entre as diretorias, as quais foram responsáveis pela garantia de cumprimento da legislação vigente e pela *accountability* vertical do TCE-AM, pois as atividades compõem o processo de avaliação contínua e permanente com a função de controle e fiscalização dos atos administrativos que envolvem recursos financeiros públicos.

As diretorias são responsáveis pela estrutura de *compliance* do TCE-AM, pois adotam um conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas pela alta direção, e principalmente, atuam para evitar, detectar e tratar quaisquer de inconformidade dos atos administrativos.

13. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nos termos apresentados pelos quadros esquemáticos acima, a DIORF é uma Diretoria inserida na estrutura da Secretaria Geral de Administração, sendo responsável pelo controle orçamentário e financeiro das contas desta Corte, o que foi devidamente realizado no decorrer do exercício de 2017, consoante anotações a seguir expostas.

13.1 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Conforme Lei Orçamentária nº 4.420 de 30/12/2016, o orçamento relativo ao exercício de 2017 deste Tribunal de Contas foi fixado inicialmente no valor de R\$ 190.201.000,00 (cento e noventa milhões, duzentos e um mil reais) alocados no Orçamento Fiscal na importância de R\$ 119.901.000,00 (cento e dezenove milhões, novecentos e um mil reais) e no Orçamento da Seguridade Social R\$ 70.300.00,00 (setenta milhões e trezentos mil reais) distribuídos nos Grupos de Despesas, conforme abaixo:



1 – Pessoal e Encargos Sociais = 148.000.000,00

3 – Outras Despesas Correntes = 40.901.000,00

4 – Investimentos = 1.300.000,00

TOTAL = 190.201.000,00

No decorrer do exercício foram solicitados créditos suplementares que resultaram no total de Créditos Orçamentários liberados na quantia de R\$ 63.265.006,66 (sessenta e três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, seis reais e sessenta e seis centavos), detalhado a seguir:

Fixado em Lei Orçamentária	190.201.000,00	
Crédito Adicional Suplementar		
Excesso de Arrecadação	243.006,66	
Crédito Suplementar a Conta de Superávit Financeiro	46.300.000,00	63.265.006,66
Créditos Suplementar por anulação Total ou Parcial de dotação	16.722.000,00	
Dotação Cancelada /Remanejada	-16.722.000,00	
Crédito Autorizado	236.744.006,66	

13.2 DOS RECURSOS FINANCEIROS

De acordo com o art. 5º, inciso III, letra “b” da Lei nº 4.369/2016 que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017, foi repassado pela Secretaria de Estado da Fazenda, no período de Janeiro a Dezembro de 2017, conforme percentual de 3,0% da Receita Tributária Líquida do Estado, o valor total de R\$ 204.928.494,83 (duzentos e quatro milhões, novecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos).

As receitas disponibilizadas ao longo do exercício foram contabilizadas no montante de R\$ 212.196.311,83 (duzentos e doze milhões, cento e noventa e seis mil, trezentos e onze reais e oitenta e três centavos) provenientes do saldo financeiro do exercício de 2016; do



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



Repasse Anual estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentária, de rendimentos em aplicações financeiras, bem como, de receitas diversas detalhadas conforme demonstrativo anexo:

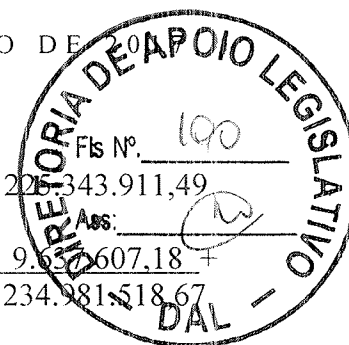
RECEITA		
Saldo financeiro do Exercício de 2016		60.957.872,35
Repasse de Janeiro a Dezembro/2017 (3,0%) L.D.O	204.928.494,83	212.196.311,83
Repasse procedente de Destaque Orçamentário	79.900,00	
Arrendamento	14.683,84	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.266.884,20	
Devolução de adiantamento do exercício de 2017	26.355,59	
Recuperação de despesas de exercícios anteriores	3.027,55	
Restituições descontadas em Folha	390.952,46	
Repasse Prefeitura (Termo de Cooperação)	486.013,36	
TOTAL		273.154.184,18

13.3 DA DESPESA

As Despesas empenhadas a conta dos Créditos Orçamentários Fixados e Suplementares, totalizaram em R\$ 233.752.432,60 (duzentos e trinta e três milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

Deste total foram liquidadas no exercício de 2017 o montante de R\$ 225.343.911,49 (duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e quarenta e três mil, novecentos e onze reais e quarenta e nove centavos) em: despesa com folha de pagamento de pessoal mensal do exercício de 2017, Indenização de Férias, Licença Especial, pagamento de Data Base, Contratação de Serviços de Manutenção da Sede, material de consumo, suprimento de fundos, diárias, auxílios: alimentação, transporte, moradia e equipamentos e materiais permanentes. Contudo, o total efetivamente pago em 2017 alcançou a importância de R\$ 234.981.518,67 (duzentos e trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e um mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e sete centavos) considerando inclusive as despesas inscritas em Restos a Pagar de 2016, conforme detalhamento por grupo:

Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 161.694.983,37
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 17.748.494,21
Outras despesas Correntes (custeio)	R\$ 44.987.164,46
Investimentos	R\$ 913.269,45+



Despesas de 2017

R\$ 225.343.911,49

Restos a pagar de 2016 (Pessoal, custeio, invest.)

R\$ 9.630.607,18 +

Total de despesa do ano 2017

R\$ 234.981.518,67

O valor concernente a Inscrição em Restos a Pagar não Processados do exercício de 2017 ficou na quantia de R\$ 8.408.521,11 (oito milhões, quatrocentos e oito mil quinhentos e vinte um reais e onze centavos).

Considerando o total das despesas realizadas em 2017 o saldo contábil deste Tribunal de Contas em 31/12/2017 está disponível nas contas do Bradesco S.A e da Caixa Econômica Federal conforme demonstração contábeis detalhadas no Balancete Analítico de Dezembro de 2017.

Receita acumuladas em 2017

R\$ 273.154.184,18

Total da Despesa

-R\$ 234.981.518,67

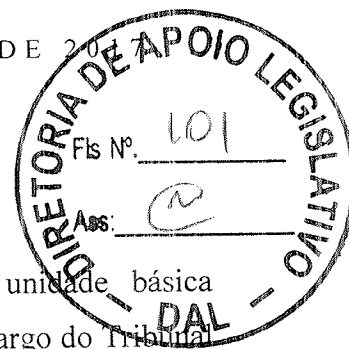
Saldo contábil para 2018

R\$ 38.172.665,51

13.4 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

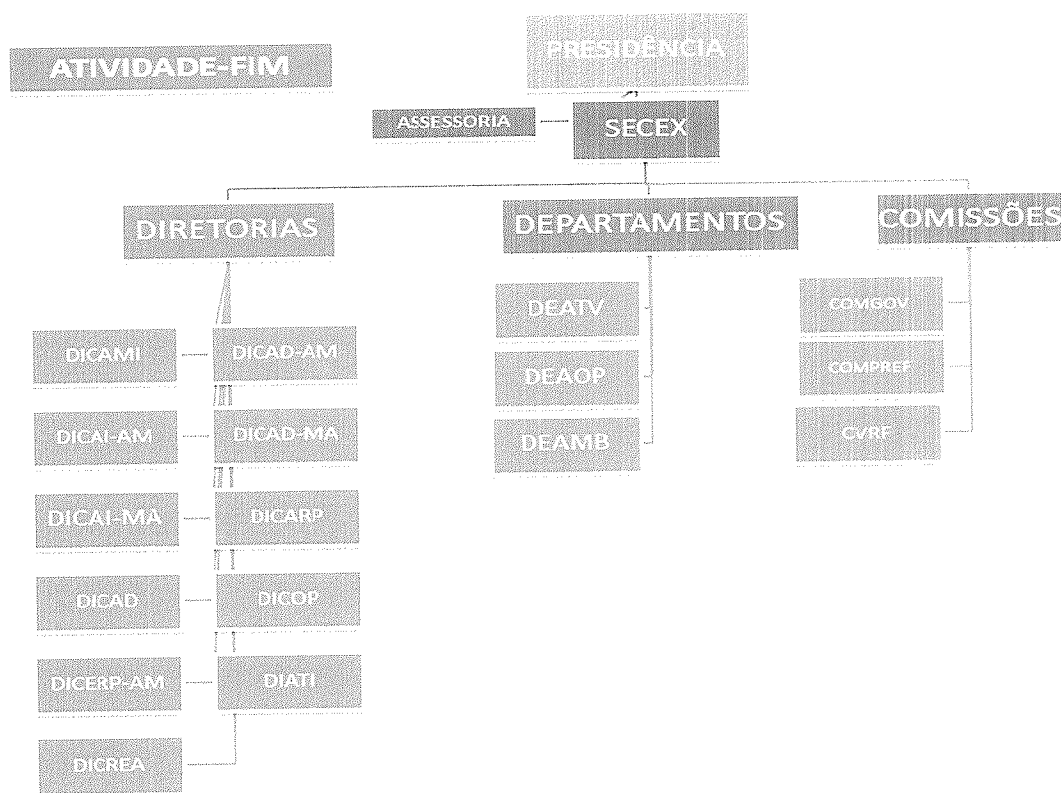
Em conformidade com o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000, que regulamenta o Relatório de Gestão Fiscal, este Tribunal de Contas demonstrará nos Anexos I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal, V-Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, VI-Demonstrativo dos Resto a Pagar e VII-Demonstrativo dos Limites (relativos ao 4º quadrimestre) os limites de Gastos com Pessoal desta Corte de Contas, que serão publicados até 31 de janeiro de 2018, mediante apresentação do valor do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do exercício de 2017, disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda, para cálculo dos limites.

Portanto, até a apuração do 3º quadrimestre publicado em setembro de 2017 os gastos com Pessoal do período de setembro/2016 a agosto/2017 encontravam-se no percentual de 1,31% abaixo do limite prudencial de 1,36% apurado neste período no total de R\$ 156.864.769,81 (cento e cinquenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos).

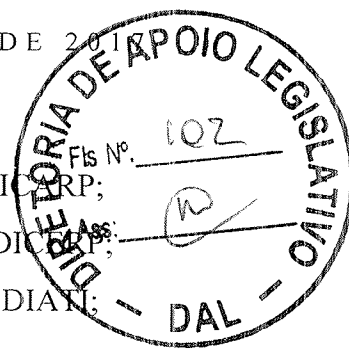


14. CONTROLE EXTERNO

A Secretaria Geral de Controle Externo (SECEX) é a unidade básica incumbida do planejamento e execução das atividades de controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Estado e tem por finalidade planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades das unidades técnicas executivas e de apoio técnico, representada pelas suas Secretarias e Departamento, necessárias ao desempenho das atribuições de controle e fiscalização, e é composta, naquilo que pertence a atividade fim do TCE, das seguintes Diretorias:



- Diretoria de Controle Externo de Administração Direta Estadual – DICAD-AM;
- Diretoria de Controle Externo da Administração Indireta Estadual – DICA-AM;
- Diretoria de Controle Externo da Administração Direta do Município de Manaus – DICAD-MA;
- Diretoria de Controle Externo da Administração Indireta do Município de Manaus – DICA-MA;
- Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior – DICAMI;
- Diretoria de Controle Externo de Admissões - DICAD

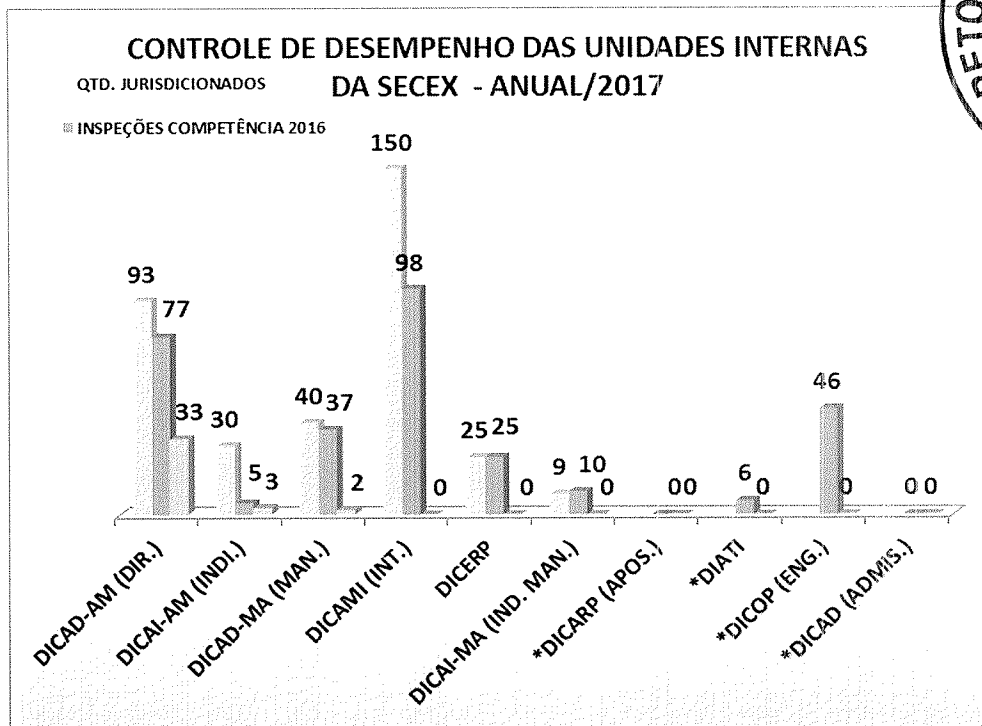


- Diretoria de Controle Externo de Aposentadorias, Reformas e Pensões – DICARP;
- Diretoria de Controle Externo de Arrecadação, Renúncias e Subvenções – DICAAR;
- Diretoria de Controle Externo de Auditoria de Tecnologia da Informação – DIATI;
- Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas – DICOP;
- Departamento de Análise e Transferências Voluntárias – DEATV;
- Departamento de Auditoria Operacional – DEAOP;
- Departamento de Auditoria Ambiental – DEAMB;
- Comissão de Análise das Contas do Governo do Estado do Amazonas;
- Comissão de Análise das Contas do Prefeito Municipal de Manaus;
- Comissão de Verificação de Responsabilidade Fiscal.

Os quadros a seguir demonstram as Atividades da SECEX, através de suas Secretarias.

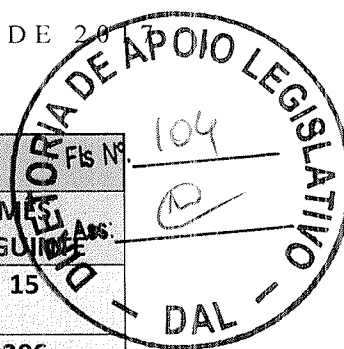
CONTROLE DE DESEMPENHO DAS UNIDADES INTERNAS DA SECEX - ANUAL/2017			
DIRET. E DEPART.	QTD. JURISDICIONADOS	INSPEÇÕES COMPETÊNCIA 2016	INSPEÇÕES COMPETÊNCIAS ANOS ANTERIORES
DICAD-AM (DIR.)	93	77	33
DICAI-AM (INDI.)	30	5	3
DICAD-MA (MAN.)	40	37	2
DICAMI (INT.)	150	98	0
DICERP	25	25	0
DICAI-MA (IND. MAN.)	9	10	0
*DICARP (APOS.)		0	0
*DIATI		6	0
*DICOP (ENG.)		46	0
*DICAD (ADMIS.)		0	0
* DICREA		9	108
* DEAMB		0	0
*DEAOP		6	0
TOTAL	347	319	146

* Todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e do Interior



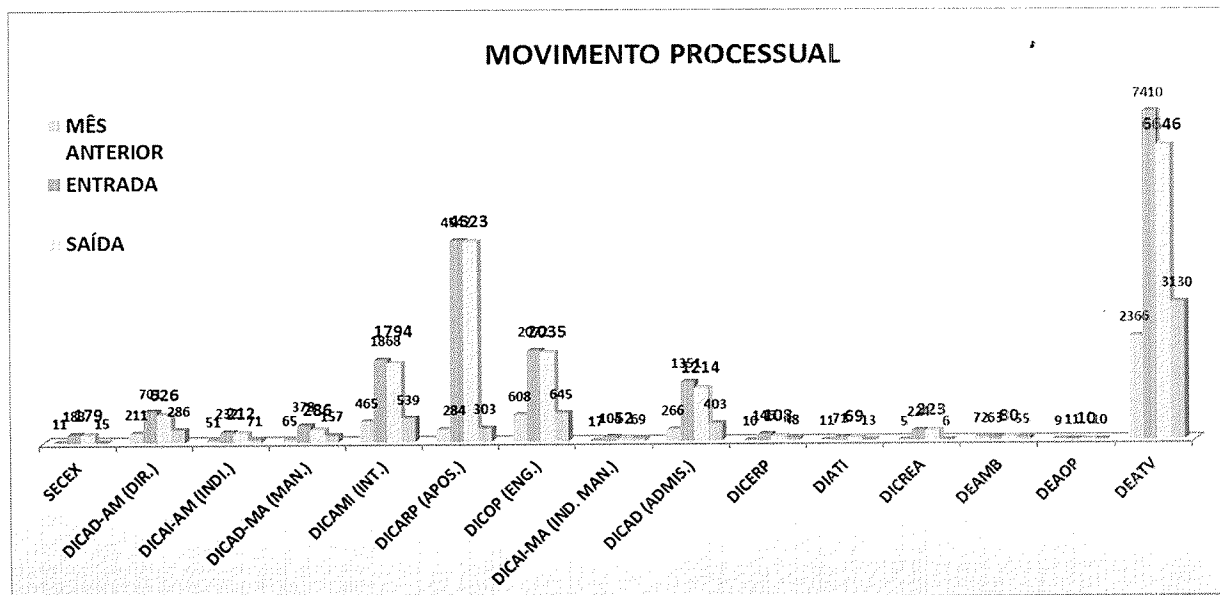


RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



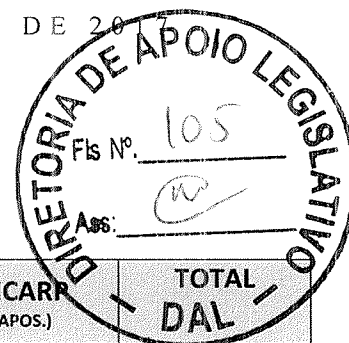
MOVIMENTO PROCESSUAL - ANUAL/2017				
SETOR	MÊS ANTERIOR	ENTRADA	SAÍDA	MÊS SEGUINTE
SECEX	11	183	179	15
DICAD-AM (DIR.)	211	701	626	286
DICAI-AM (INDI.)	51	232	212	71
DICAD-MA (MAN.)	65	378	286	157
DICAMI (INT.)	465	1868	1794	539
DICARP (APOS.)	284	4542	4523	303
DICOP (ENG.)	608	2072	2035	645
DICAI-MA (IND. MAN.)	17	104	52	69
DICAD (ADMIS.)	266	1351	1214	403
DICERP	10	146	108	48
DIATI	11	71	69	13
DICREA	5	224	223	6
DEAMB	72	63	80	55
DEAOP	9	11	10	10
DEATV	2366	7410	6646	3130
TOTAL	4481	19356	18057	5750

Fonte: SECEX



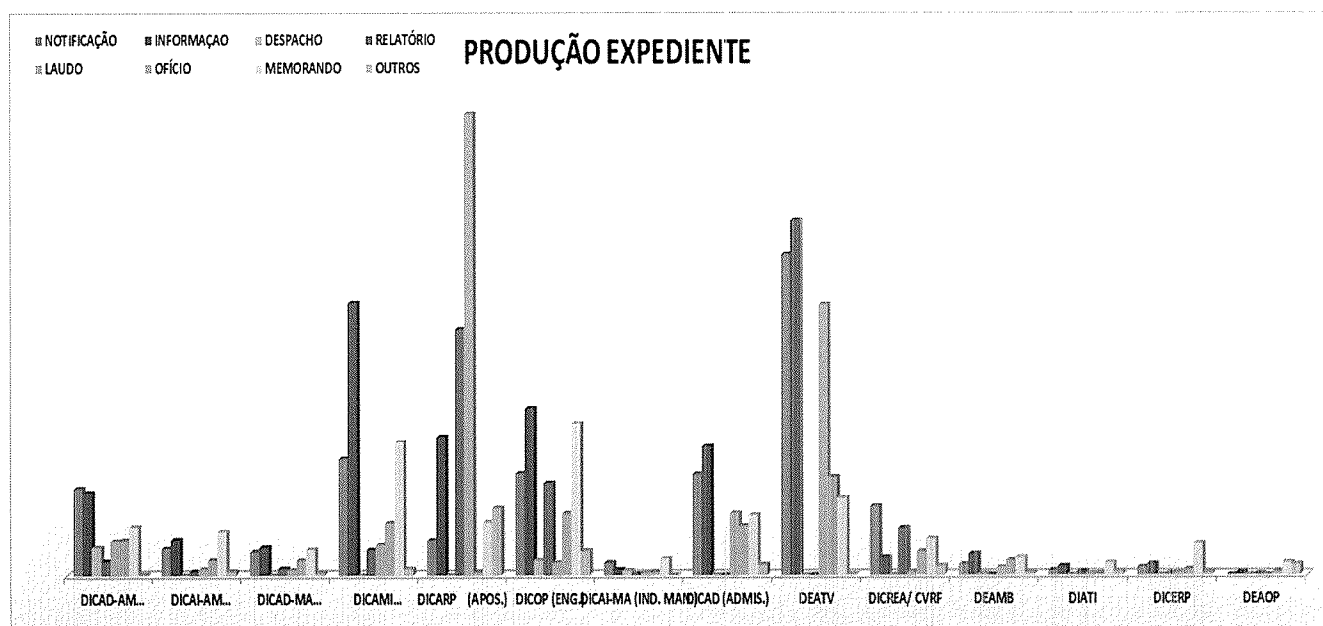


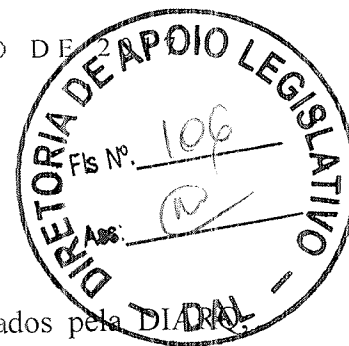
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017



DOCUMENTO	DICAD-AM (DIR.)	DICAI-AM (INDI.)	DICAD-MA (MAN.)	DICAMI (INT.)	DICARP (APOS.)	TOTAL DAL
NOTIFICAÇÃO	361	112	99	484	145	1201
INFORMAÇÃO	343	148	117	1131	572	2311
DESPACHO	117	1	1	0	0	119
RELATÓRIO	60	16	28	105	1021	1230
LAUDO	143	26	22	127	1911	2229
OFÍCIO	146	63	62	218	14	503
MEMORANDO	202	183	108	552	221	1266
OUTROS	4	17	9	26	279	335
TOTAL	1376	566	446	2643	4163	9194

DOCUMENTO	DICOP (ENG.)	DICAI-MA (IND. MAN.)	DICAD (ADMIS.)	DEATV	DICREA/ CVRF	DEAMB	DIATI	DICERP	DEAOP	TOTAL
NOTIFICAÇÃO	422	52	419	1330	285	44	18	31	0	2601
INFORMAÇÃO	691	22	533	1471	72	86	35	44	7	2961
DESPACHO	62	19	0	0	0	4	0	0	0	85
RELATÓRIO	382	4	0	0	195	1	12	5	3	602
LAUDO	52	10	257	1123	12	31	4	10	0	1499
OFÍCIO	257	13	204	406	97	60	4	22	13	1076
MEMORANDO	628	68	250	320	151	73	50	130	52	1722
OUTROS	102	0	43	3	37	10	14	10	43	262
TOTAL	2596	188	1706	4653	849	309	137	252	118	10808





15. ARQUIVAMENTO

Para melhor esclarecer a quantidade de processos arquivados pela DIAL, apresentamos um quadro comparativo com o número de autuações realizadas pela DIEPRO, nos termos a seguir:

- ✓ No ano de 2017, foram autuados **6.514** processos de diversas origens e naturezas, a serem objeto de análise pelo Corpo Técnico da Casa. Neste mesmo período foram arquivados **14.481** processos, conforme o quadro abaixo:

MOVIMENTAÇÃO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
TOTAL DE PROCESSOS ARQUIVADOS	2475	3458	2090	6458	14.481
TOTAL DE PROCESSOS DESARQUIVADOS	531	681	375	197	1784
TOTAL DE CONSULTAS LOCAIS NO SERVIÇO DE ARQUIVO	3450	4300	2950	2428	13128

16. CONCLUSÃO

Este Relatório anual de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, apresentado em nova estrutura, objetivou, principalmente, dar transparência às ações desta Corte de Contas aos jurisdicionados e à sociedade como um todo.

Tal prática propicia, ainda, ao corpo diretivo, através dos dados e informações reunidos neste relatório, a avaliação interna das atividades e a produtividade dos diversos setores que compõem a estrutura deste órgão, possibilitando, assim, o aprimoramento dos serviços prestados.